

**A temática afrodescendente:**  
aspectos da história da África e dos  
afrodescendentes no Rio Grande do Sul

**Jorge Euzébio Assumpção**

**Adevanir Aparecida Pinheiro (Org.)**  
**José Ivo Follmann (Org.)**

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

*Reitor*

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

*Vice-reitor*

Aloysio Bohnen, SJ

**Instituto Humanitas Unisinos**

*Diretor*

Inácio Neutzling

*Gerente administrativo*

Jacinto Schneider

**Cadernos IHU**

Ano 5 - Nº 22 - 2007

ISSN: 1806-003X

*Editor*

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

*Conselho editorial*

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Prof. MS Laurício Neumann – Unisinos

MS Rosa Maria Serra Bavaresco – Unisinos

Esp. Susana Rocca – Unisinos

Profa. MS Vera Regina Schmitz – Unisinos

*Conselho científico*

Prof. Dr. Agemir Bavaresco – PUCRS – Doutor em Filosofia

Profa. Dra. Aitziber Mugarra – Universidade de Deusto-Espanha – Doutora em Ciências Econômicas e Empresariais

Prof. Dr. André Filipe Z. de Azevedo – Unisinos – Doutor em Economia

Prof. Dr. Castor M. M. B. Ruiz – Unisinos – Doutor em Filosofia

Dr. Daniel Navas Vega – Centro Internacional de Formação-OIT-Itália – Doutor em Ciências Políticas

Prof. Dr. Edison Gastaldo – Unisinos – Pós-Doutor em Multimeios

Profa. Dra. Élide Hennington - Fundação Oswaldo Cruz - Doutora em Saúde Coletiva

Prof. Dr. Jaime José Zitkosky – UFRGS – Doutor em Educação

Prof. Dr. José Ivo Follmann – Unisinos – Doutor em Sociologia

Prof. Dr. José Luiz Braga – Unisinos – Doutor em Ciências da Informação e da Comunicação

Prof. Dr. Juremir Machado da Silva – PUCRS – Doutor em Sociologia

Prof. Dr. Werner Altmann – Unisinos – Doutor em História Econômica

*Responsável técnico*

Marilene Maia

*Revisão*

André Dick

*Secretaria*

Camila Padilha da Silva

*Editoração eletrônica*

Rafael Tarcísio Forneck

*Impressão*

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

*Instituto Humanitas Unisinos*

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.3590-8223 – Fax: 51.3590-8467

[www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)

# Sumário

<i>Apresentação</i> .....	4
<i>Introdução</i> .....	5
<i>Parte I: África – Aspectos históricos e geográficos</i> .....	6
1.1 Nota inicial: Um resgate histórico do continente africano e as suas raízes .....	6
1.2 A divisão geográfica do continente africano .....	6
1.3 Impérios pré-coloniais: Ghana, o país do ouro .....	8
1.3.1 Mali .....	9
1.3.2 Songai .....	10
1.4 Império de Songai .....	11
1.4.1 Bantos .....	11
1.4.2 Kongo .....	11
1.4.3 Ndongo .....	12
<i>Parte II: Aspectos do tráfico de escravos para o Brasil</i> .....	13
2.1 Estimativa em milhões .....	15
2.2 “O navio negreiro” (Castro Alves) .....	15
2.3 Nota sobre a história dos escravos no Brasil .....	20
<i>Parte III: Marcas da escravidão negra no Rio Grande do Sul</i> .....	22
3.1 Uma nota inicial sobre as profissões .....	22
3.2 A escravidão negra no Rio Grande do Sul .....	23
3.3 Tratamento dispensado aos escravos gaúchos .....	26
3.4 Quadro geral dos bens de João Simões Lopes (1853) .....	28
3.5 Resistência: fugas e quilombos .....	28
3.6 Insurreições .....	31
3.6.1 Ano e local (insurreições) .....	33
3.7 Sexualidade .....	33
3.8 O negro no campo de batalha .....	34
3.9 A abolição .....	36
<i>Considerações finais</i> .....	38
<i>Referências bibliográficas</i> .....	39
<i>O autor e os organizadores</i> .....	41

# Apresentação

*Adevanir Aparecida Pinheiro  
José Ivo Follmann*

A história do continente africano tem sido um tema de ampla discussão. Na realidade, esta história sempre foi contada ou apresentada de forma estereotipada ou até mesmo distorcida. O grande desafio posto hoje é atentar para uma apresentação dos povos africanos como sujeitos da história, como também descobrir as riquezas culturais históricas desse continente, que foram excluídas ou perdidas nos meandros dos processos educacionais e acadêmicos.

Muitos aspectos da história da população que vive na África negra e dos descendentes dos povos desse continente que estão no Brasil e, especificamente no Rio Grande do Sul, ainda carecem de pesquisa e bons estudos científicos. Assim, o investimento da Universidade em possibilitar meios para que esta sistematização histórica seja reavaliada é de suma importância. A criação das leis de reforma universitária, e de modo especial a Lei 10.639, que estabelecem a introdução da história da África e da temática afrodescendente, bem como orientam para a inclusão da população negra nas escolas e nas universidades, são elementos que têm contribuído para que a verdadeira história do continente africano e dos afrodescendentes seja resgatada didaticamente, possibilitando a melhor forma de inclusão e inte-

ração da história e de seus sujeitos nas esferas social e racial, sobretudo na educação.

O estudo sistematizado no presente *Cadernos IHU* reproduz um Curso ministrado pelo Professor MS Jorge Euzébio Assumpção e é fruto de suas pesquisas como historiador sobre os afrodescendentes no Rio Grande do Sul e no Brasil e, também, sobre o continente africano e suas riquezas históricas e culturais. O Curso tinha como título “África: Aspectos Históricos e Geográficos”, mas o professor, em sua habilidade didática, com atenção à maioria do público de afrodescendentes do Rio Grande do Sul, fez aterrisar grande parte de sua reflexão na África negra que, através de um processo de dura escravidão, foi sacrificada neste Estado. Trata-se de um processo pouco conhecido pela Academia.

O Curso foi organizado como decorrência das atividades do Projeto de Cidadania e Cultura Religiosa Afrodescendente, que tem por objetivo o resgate da história, identidade e cidadania da população negra no Brasil e Rio Grande do Sul. É um projeto que faz parte do Programa Gestando o Diálogo Inter-Religioso e o Ecumenismo – GDIREC e é expressão das Ações Sociais na Área das Religiões, que é uma das frentes de ação da Diretoria de Ação Social e Filantropia – DASF, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

# Introdução

*Adevanir Aparecida Pinheiro  
José Ivo Follmann*

O texto que segue foi desenvolvido dentro da lógica de um curso dado para um grupo de 65 pessoas, a maioria delas sendo afrodescendentes. Ele está construído ao sabor do desenvolvimento da reflexão, seguindo os passos dados no curso, com os seus desvios de rota causados, como é normal em uma atividade assim, por perguntas e questões sempre muito pertinentes. Propositamente, foi mantida a trajetória efetivamente trilhada. Isto pode causar, às vezes, a impressão de saltos muito rápidos de uma temática à outra ou de falta de aprofundamento suficiente em alguns pontos importantes para fazer as devidas costuras, mas foi o que foi possível desenvolver, dentro dos limites do tempo.

O texto está dividido em três partes, seguindo os principais momentos do curso. Na primeira parte, “África – Aspectos históricos e geográficos”, além de situar a urgente necessidade de um

resgate histórico do continente africano, é apresentado um rápido panorama da evolução histórico-geográfica dos principais reinos constitutivos da história da África negra. A segunda parte, “Aspectos do tráfico de escravos para o Brasil”, além de re-visitar o célebre poema de Castro Alves “O navio negreiro”, traz alguns dados estatísticos sobre o tráfico para o Brasil e apontamentos gerais sobre a história da escravidão em nosso território nacional. Na terceira parte, “Marcas da escravidão negra no Rio Grande do Sul”, retrata-se o interesse do grupo dos participantes do curso em buscar detalhes sobre a história da escravidão negra no Estado do Rio Grande do Sul. É a parte mais extensa e que mereceu maior atenção.

# Parte I:

## África – Aspectos históricos e geográficos

### 1.1 Nota inicial: Um resgate histórico do continente africano e as suas raízes

Os livros didáticos, com raras exceções, nos apresentam uma história eurocêntrica, ou seja, a Europa passa a ser o centro de partida e de decisões da humanidade. Sonega-se ou menospreza-se, de uma maneira geral, outras civilizações, tais como a africana, a asiática e a americana. Estas normalmente só são citadas e algumas, como no caso das americanas, só passam a ser realmente estudadas após o contato ou a chegada dos povos europeus. Este tipo de proceder ocasiona um profundo desconhecimento dos continentes, com exceção do europeu, distorcendo suas histórias e cultura, e proporcionando, devido ao desconhecimento, um preconceito em relação aos mesmos.

Cronologicamente, deveríamos começar todos os estudos históricos pelo continente africano, pois, como sabemos, foi no mesmo que se deu o surgimento da humanidade através dos “hominídeos” ou ancestrais humanos. Foi no continente negro que, segundo Roland Oliver, encontramos, entre os primeiros hominídeos, os *australopithecus*, cujos vestígios têm sido encontrados entre a Etiópia e o Transvaal, em contextos que datam de cerca de 4 milhões a cerca de 1,5 milhões de anos atrás.

Tentando romper com essa visão eurocêntrica, iniciamos o nosso trabalho pelo continente africano, já que o mesmo foi o berço da humanidade. Obviamente, seria impossível falarmos de todos os aspectos e povos que habitaram a África pré-colonial, devido aos objetivos desse trabalho, além da carência de fontes e pesquisas ainda não traduzidas em português sobre o continente afri-

cano. Nesse sentido, procuramos priorizar, ou seja, dar uma noção daquelas regiões que mais influenciaram, ou forneceram trabalhadores escravizados para o Brasil. Obviamente, temos clareza das deficiências e lacunas deixadas pelo texto, que poderá ser aprofundado posteriormente. Procuramos dar uma visão do continente africano, assim como da história do Brasil e do Rio Grande do Sul, principalmente para aqueles que estão se iniciando na temática afrodescendente. Para tanto, tentamos mostrar uma outra visão do continente africano, assim como, dentro dos nossos limites de espaço, tentamos destacar a importância e a resistência dos trabalhadores escravizados durante o período escravista.

### 1.2 A divisão geográfica do continente africano

Didaticamente podemos dividir geograficamente o continente de várias formas dentre elas em: ÁFRICA DO NORTE (MAGRAB – SAHEL) – ÁFRICA OCIDENTAL – ÁFRICA EQUATORIAL – ÁFRICA MERIDIONAL. Porém, o aspecto geográfico mais marcante do continente é o grande deserto do Saara, o segundo maior deserto do mundo (perdendo apenas para a Antártica), localizado no Norte de África, com uma área total de 9.065.000 km<sup>2</sup>, possuindo um território apenas um pouco menor que a Europa (10.400.000 km<sup>2</sup>). Nele, salvo engano, vivem cerca de 2,5 milhões de pessoas, distribuídas entre as regiões da Mauritânia, Marrocos, Líbia, Egito, Mali, Níger, Argélia, Tunísia, Sudão e Chade.

Tendo como ponto de partida o Saara, alguns autores, quando se referem ao continente africa-

no, dividem-no em África Branca e África Negra. A primeira, em razão de sua localização geográfica próxima ao mediterrâneo e conseqüentemente à Europa, como também devido à influência árabe islâmica, é vista como pertencente à História Ocidental (Europa). Desta forma, destacam e ressaltam a prosperidade, o progresso e as maravilhas, entre outros, do antigo Egito, e menosprezam a porção Subsaariana, dando a entender que a mesma pouco teria para acrescentar na história da humanidade.

A África propriamente dita é a parte característica deste continente. Começamos pela consideração deste continente, porque em seguida podemos deixá-lo de lado, por assim dizer. Não tem interesse histórico próprio, senão o de que os homens vivem ali na barbárie e na selvageria, sem fornecer nenhum elemento à civilização. Por mais que retrocedamos a história, acharemos que a África está sempre fechada no contato com o resto do mundo, é um Eldorado recolhido em si mesmo, é o país criança, envolvido na escuridão da noite, aquém da luz da história consciente. [...] Nesta parte principal da África, não pode haver história.<sup>1</sup>

Segue ainda a autora, citando Hegel:

Encontramos [...], aqui o homem em seu estado bruto. Tal é o homem na África. Porquanto o homem aparece como homem, põem-se em oposição à natureza; assim, é como se faz homem. Mas, porquanto se limita a diferenciar-se da natureza, encontra-se no primeiro estágio, dominado pela paixão, pelo orgulho e a pobreza; é um homem estúpido. No estado de selvageria achamos o africano, enquanto podemos observá-lo e assim permanecer. O negro representa o homem natural em toda a sua barbárie e violência; para compreendê-lo devemos esquecer todas as representações européias. Devemos esquecer Deus e a lei moral. Para compreendê-lo exatamente, devemos abstrair de todo respeito e moralidade, de todo o sentimento. Tudo isso está no homem em seu estado bruto, em cujo caráter nada se encontra que pareça humano [...].<sup>2</sup>

Esse foi o pensamento reinante de uma parcela significativa da historiografia, que sonhava ou

somente ressaltava o lado exótico dos negros africanos, que não colocava os habitantes do norte do continente no mesmo processo. Todavia, diferente do que possam alguns pensar (ainda), a chamada África Negra não vai se destacar historicamente somente por ser berço da humanidade, ou pelos exotismos tribais, mas também pela prosperidade de vários impérios que nela existiram e que, de uma forma geral, ainda são muito pouco conhecidos, tanto no mundo acadêmico como por parte da população afrodescendente.

Devido ao fato de ser mais divulgada e de ter um destaque muito maior, não enfatizaremos nenhuma civilização da África do Norte. Nos detemos, ainda que brevemente, dentro do pequeno espaço que temos, à África subsaariana. Entretanto, gostaríamos de ressaltar o intercâmbio existente entre ambas as Áfricas. Apesar das adversidades ocasionadas pela larga faixa do deserto do Saara, jamais houve a falta de contato entre as mesmas. Segundo Marina de Mello e Souza: “Os comerciantes tuaregues ligavam toda a região do Sahel, no passado também conhecido como Sudão – em árabe Bilad al Sudão (que quer dizer terra de negros) – ao norte islamizado da África. Foi aí que se formaram os antigos Impérios de Gana (século VI a XIII), Mali (séculos XIII a XVII) e Songai (XVII e XVIII)”.<sup>3</sup>

Enfatizaremos os reinos de Ghana, Mali e Songai em nossa abordagem devido às suas influências e ligação a uma das regiões que mais exportou trabalhadores escravizados sudaneses para o Brasil, como também por suas importâncias históricas na formação do continente negro. Todavia, devemos destacar que o número de povos africanos denominados pré-coloniais com certa evidência não se limita aos citados, como demonstra o mapa elaborado por Leila Hernandez.<sup>4</sup>

<sup>1</sup> HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005, p. 20.

<sup>2</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>3</sup> SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006, p. 27.

<sup>4</sup> HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005, p. 34.



Didaticamente, dividimos os povos africanos negróides em dois grandes grupos – Bantos e Sudanese.

**SUDANESES:** povos que habitam a região intertropical africana, entre os desertos do Saara e o Atlântico (Golfo da Guiné), compreendendo o Tchad, o Níger, o Sudão etc. e as regiões na Costa do Golfo: Nigéria, Daomei (atual república popular do Benin), Togo, Gana (antiga Costa do Ouro), Costa do Marfim, estendendo-se até a Libéria, Serra Leoa, Guiné, Senegal. Grupos de escravos vindos destas regiões sendo em maior quantidade os Iorubas (Nagô), os Hauçã (Maometanos), da Nigéria, os denominados Jeje, do Daomei, os Fanti-axanti (Minas), da Costa do Ouro. Indivíduos vindos destas regiões. F. – de Sudão...

**BANTOS:** Grupo lingüístico compreendendo milhões de africanos, com inúmeras línguas e quase trezentos dialetos, que se estende por aproximadamente dois terços da África Negra, desde o Camerum até o sul. Inclui

Angola e Congo, de onde nos veio a maioria dos escravos desse grupo e cujas línguas, kimbundo e kikongo, entre outras, são as que mais termos deixaram em nossa linguagem atual.<sup>5</sup>

### 1.3 Impérios pré-coloniais: Ghana, o país do ouro

As origens de Ghana são desconhecidas. As primeiras notícias datam do século VIII, quando de uma expedição mulçumana vinda do norte relata a riqueza do Estado localizado no Sudão Ocidental, aproximadamente entre os atuais Estados de Mali e a Mauritânia. Tendo o ouro como sua principal riqueza, logo virou objeto da cobiça por parte dos árabes que o trocavam por tecidos, cobre e sal entre outros, além de tenta-

<sup>5</sup> CACCIATORE, Olga Gudolle. *Dicionário de cultos afro-brasileiros*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1988, p. 33.

rem expandir a religião islâmica. Segundo Mário Curtis Giordani, até a “descoberta” da América, o reino foi o principal fornecedor de ouro do mundo mediterrâneo.

Ghana era um título utilizado pelo chefe do reino – significava “senhor da guerra” – e como tal recebia tributação pela extração e comércio do minério. Ghana era um Estado Tributário, ou seja, cobrava tributos sobre as mercadorias que passavam por seu território, e possuía sua capital em Kumbi Saleh. Para proteger seus domínios, utilizava-se de um poderoso exército, que impunha um controle das rotas comerciais, o que lhes permitia vultosos ganhos. Segundo Mário Maestri, o modo de produção utilizado por essas comunidades do Sudão Ocidental era o de linhagem ou doméstico, organizado em torno de comunidades familiares ou aldeias. A posse da terra era coletiva, podia ser explorada coletiva ou individualmente. Além da mineração, exercitavam a caça, pesca e coleta. Possuíam uma incipiente divisão do trabalho: pastores, ferreiros, mercadores e outras profissões semi-especializadas.

Ghana sofreu uma considerável influência islâmica, principalmente por parte de seu grupo governante urbano. Pois, ao que parece, existia certa desigualdade social entre os habitantes da capital e os moradores rurais. Enquanto a capital do reino era descrita como sendo uma grande cidade, com casas reais construídas de pedras, cercadas por muralhas, as moradias destinadas aos componentes não governantes ou comerciantes eram feitas de cabanas de terra com tetos redondos. Destaque também era dado aos negociantes arabizados que viviam à parte, em outra cidade um pouco afastada, com “bazares, plantações irrigadas e nada menos de que 12 mesquitas em plena atividade cultural e religiosa”. O primeiro grande estado tributário sudanês vai sucumbir no século XIII, diante de uma força maior – o reino de Mali.

Ainda sobre Ghana nos diz Maestri Filho:

Hipóteses estapafúrdias foram levantadas pelos primeiros historiadores ocidentais que se interessaram pelo Estado negro. Ventilou-se a possibilidade de que sua fundação fosse obra de judeus sírios fugidos de perseguições romanas na Cirenaica (região da atual Líbia), no séc II dc. As origens do reino são mais simples e menos fantasiosas.<sup>6</sup>

Essa não foi à única vez que historiadores ocidentais tentam desqualificar a história africana, atribuindo seus feitos a europeus ou a não negros, numa nítida demonstração de racismo historiográfico.

### 1.3.1 Mali

Um dos impérios mais conhecidos e admirados dentre os Estados antigos africanos foi Mali. Esse superou em muito a magnificência e o poder de seu antecessor – Ghana. O Império de Mali começa a se estruturar sob a liderança de Sundiata. Senhor absoluto da situação após ter vencido seus inimigos, Sundiata dividiu em províncias seu império, nomeou governantes e submeteu a uma espécie de servidão os povos que o haviam combatido. Com ele, os Keitas sobem ao comando do Império de Mali. O governo de Sundiata foi de tal forma marcante, que até os dias de hoje ele é reverenciado através de oferendas, como rezam antigos costumes de tradição africana.

O sucessor de Sundiata foi seu filho Mansa Uli. “Mansa” era um título usado pelos governantes locais. “Cada um desses chefes continuou a exercer o governo local, mas todos cederam o título de Mansa – ou Mandimansa – a quem na guerra os comandara.”<sup>7</sup> Depois de Mansa Uli, esta designação passa a ser usada por todos os demais, que chefiaram o Império. Salvo engano, Uli, assim como seu pai, fora convertido ao islamismo, não se sabe se por fé ou por senso de oportunidade. Isto vale também para outros governantes do império. Todavia, o mesmo não se deu com as populações dos territórios sob sua jurisdição, que continuaram a praticar suas crenças animistas. A conversão ao islamismo por parte

<sup>6</sup> MAESTRI, Mário. *História da África negra pré-colonial*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p. 15.

<sup>7</sup> SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Edusp, 1992, p. 291.

do governante não significa deixar as crenças animistas de lado. Em muitos casos, parece ter sido a conversão ao islã uma estratégia política utilizada pelo governante para, talvez, poder usufruir de certas vantagens. Em muitos casos, esses abraçavam a fé em Alá, mas continuavam a praticar suas crenças locais, sem o mínimo embaraço.

A viagem a Meca de Mansa Uli pode ter-lhe sido ditada por exigência de uma profunda fé. Ou ter sido mero expediente político, para estabelecer melhor diálogo com os estados muçulmanos do outro lado do Saara e para ampliar seu prestígio entre os islamitas do Mali. E não só entre estes, pois tanto os maometanos quanto os pagãos acreditavam que a estada em Meca fortalecia o baraca, o poder propiciatório do rei, sua capacidade de influir favoravelmente sobre a terra e sobre o clima, sobre as colheitas e sobre o gado, sobre a fertilidade das mulheres e o bem-estar do povo.<sup>8</sup>

Foi durante o império de Mali que Djenne (ou Jenne) e Tombuctu começaram a emergir como prósperas cidades comerciais. Sobre Tombuctu diz Maestri:

Centro cultural Tombuctu, que procurou a proteção dos senhores de Mali, transformou-se em um dos principais centros comerciais do Sudão Ocidental. Nos fins do séc. XVI, possuía em torno de 25 mil habitantes, 26 alfaiatarias, com até 200 aprendizes cada uma, e nada menos do que 150 escolas alcoranistas. Basil Davidson, em *Revelando a Velha África*, registrou a referência de Leon, o Africano, a Tombuctu: “Em Tombuctu há muitos juizes, médicos e letrados, e todos recebem bons estipêndios do rei, que tem grande respeito pelos homens de saber. Livros manuscritos têm ali grande procura e são importados da Barbaria. O comércio livreiro é aí mais lucrativo que qualquer outra espécie de negócio.”<sup>9</sup>

Tombuctu foi centro de um comércio internacional, onde tudo era negociado – sal, escravos, marfim etc. Havia também um grande comércio de livros de História, Medicina, Astronomia e Matemática, bem como uma grande concentração de estudantes. O culturalismo de Tombuctu pode ser percebido através de um velho provérbio africano: “O sal vem do norte, o ouro vem do

sul, mas as palavras de Deus e os tesouros da sabedoria vêm de Tombuctu”. A prosperidade, a pujança e a opulência de Mali ficam ainda mais evidenciadas durante o reinado de Mansa Kanku Mussa (1307-1332). Segundo relatos, quando de sua ida a Meca, local de peregrinação muçulmana, teria levado consigo milhares de pessoas – corte, soldados e servos –, como também de 10 a 12 toneladas de ouro. Segundo Giordani, o mesmo levou consigo cerca de 8.000 cortesãos e servos. Já em Meca, comprou casas e terrenos, distribuiu esmolas e presentes. De volta a Mali, trouxe consigo letrados comerciantes e religiosos. Kanku Mussa falava e escrevia em árabe.

A viagem do Mansa Musa foi cantada em prosa e versos por décadas seguintes, tal foi a sua suntuosidade. Porém, essa demonstração de poder e riqueza não deixaram de trazer consigo consequências negativas, pois, a partir da mesma, os povos africanos começaram com maior intensidade a ser alvos da cobiça européia. Por volta do século XV, principiara a decadência de Mali, quando, dentre outros motivos, foi atacada pelos tuaregues (povos nômades que habitavam o deserto do Saara). O estado de Mali começou a ser dividido, desde então, em vários pequenos reinos.

### 1.3.2 Songai

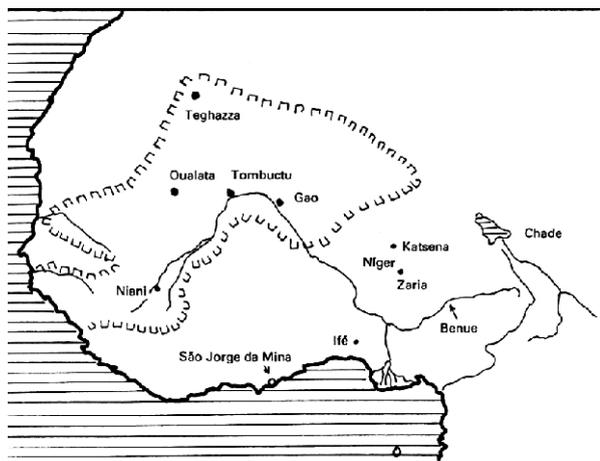
Foi o último, mas o mais poderoso dos Estados tributários sudaneses, alcançando grande opulência e poder. Aproximadamente o seu território expandiu-se desde Mali até a atual Nigéria. Teve grande importância também como propagador da cultura islâmica.

As populações songaias são divididas em dois grandes grupos: os sokos, que praticavam a pesca, e as goas caçadores. A principal cidade de Songai era Gao, local de encontro das principais rotas saarianas. A cidade era habitada por negociantes. O rio Níger, principal via fluvial da região, servia como meio de transporte e comércio, principalmente de sal.

<sup>8</sup> Ibidem, p. 293.

<sup>9</sup> MAESTRI, Mário. *História da África negra pré-colonial*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p. 29.

## 1.4 Império de Songai



10

Os senhores de Songai foram denominados de Soni. Tendo sua influência cada vez maior na região, o Soni Ali – O Grande – impôs a derrota do império mandinga (Mali), dando início ao novo e último grande império – Songai. Soni Ali não se mostrou somente um grande general, mas também um notável administrador. Após ter assegurado sua vitória militar, dedicou-se também à administração de seus novos domínios. Para tanto, construiu canais de irrigação e mandou construir embarcações para controlar e aprimorar o comércio. Vale registrar que Ali era líder do partido antimuçulmano.

Após a morte de Ali, seu herdeiro perde o poder para Mohammed, de origem Sarakole, que se aliou ao partido muçulmano. Durante o reinado de Mohammed, Songai conheceu todo o seu poder. O império foi dividido em quatro vice-reinados. Mohammed tomou medidas unificadoras quanto aos pesos e medidas, regulamentou a arrecadação de impostos e formou um exército regular profissional, composto por “escravos e prisioneiros”.

O poder de Songai se deu através da força, à qual foram submetidos o antigo reino de Mali, alguns estados Hauçás, entre outros. Mediante a animosidade e a nova conjuntura, o império Songai começa a ser desintegrado nas mãos do sucessor de Mohammed.

### 1.4.1 Bantos

Descendo rumo ao sul do continente, encontramos os povos denominados de Bantos. Esses se caracterizaram por possuir línguas semelhantes, formas de organização e cultura parecidas. Em meio a outros, destacaram-se o Kongo e o Ndongo. Salvo engano, dentre os reinos do sul africano, foram os que mais tiveram contato com tráfico negreiro brasileiro.

### 1.4.2 Kongo

Um dos mais destacados e importantes “impérios” bantos talvez tenha sido o Kongo, fundado provavelmente por Ntinu-Wene, chefe Kikongo. Sua capital localizava-se em Mbanza Kongo, atual São Salvador, em Angola. O “soberano” do Kongo possuía o título de Manikongo – Senhor do Kongo. Ao mesmo, cabia nomear os governadores das províncias e esses juntavam aos seus nomes o título de Mani. Os reinos do Kongo e do Ndongo apresentavam uma economia de subsistência, baseada na agricultura, na qual desenvolviam práticas agrícolas complexas. Estas atividades estavam alicerçadas na mão-de-obra feminina. Produziam objetos de ferro e cobre de alta qualidade, como também de marfim. Criavam galinhas, cachorros e cabritos. A moeda de circulação no território era o nzimbo, uma espécie de caramujo. O comércio do sal era monopólio do Manikongo. Na década de 1480, do século XV (1482/3), Diego Cão, aporta no Rio Zaire, dando início à conquista da região. De imediato, formaram-se duas facções africanas: uma liderada por Afonso I, pró Português, e outra contra, encabeçada por Mpanzu a Katima anti-lusitano, pagão e meio irmão de Afonso I. O primeiro saiu vitorioso da disputa e deu início à evangelização da terra, em aliança com os lusos.

Esta união levou o reino a participar do comércio negreiro. E, aos poucos, o Manikongo começa a perder o poder para os traficantes a serviço do rei português. A submissão não pode ser atribuída a todos os Manikongos, pois alguns resistiram a este domínio, como foi o caso de Antô-

<sup>10</sup> MAESTRI, Mário. *História da África negra pré-colonial*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p. 34.

nio I, que enfrentou, em 1665, tropas europeias. No entanto, o mesmo foi derrotado, aprisionado e decapitado. Segundo Maestri, tal derrota levou a uma divisão do Kongo em três reinos e o mergulhou na desordem.

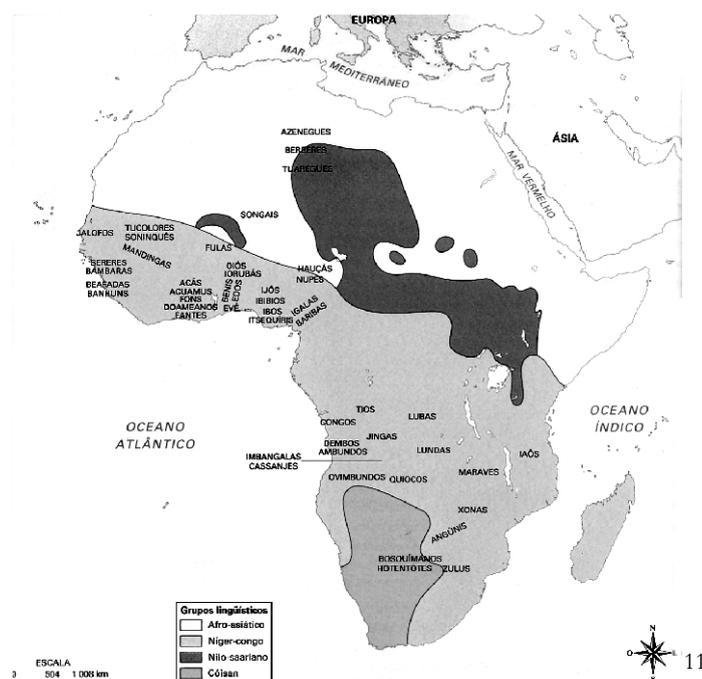
### 1.4.3 Ndongo

O reino Ndongo, salvo engano, foi fundado no início do século XVI, por um chefe Kibundo. A autoridade máxima do reino denominava-se de Ngola. Esses se submeteram à soberania dos Manikongos até 1556, quando, com o apoio de alguns portugueses, derrotam os senhores africanos. De sua capital Cabassa, o Ngola vencedor Inene mandou uma embaixada a Portugal, a fim de estabelecer uma política de aliança diretamente com a coroa, sem intermediários. Mas a relação entre os lusos e os Ndongos não foi pacífica; ela também enfrentou a resistência de alguns Ngolas, que se sentiam ameaçados diante da presença e interesses dos lusos em sua região. Possuindo os europeus o apoio do Manikongo, entraram em conflito armado com o senhor do Ndongo em uma sangrenta guerra.

As tratativas de paz com os portugueses foram realizadas já no século XVII, sob a liderança

de Nzinga Mbundi – rainha Ginga. Esta sendo possuidora de grande prestígio entre os seus, tornou-se soberana após romper as regras de sucessão ao trono Ndongo. Usando de diplomacia e artimanhas não conseguiu converter-se ao catolicismo para alcançar seus objetivos, conseguindo grandes vantagens na mesa de negociação com os portugueses. Nzinga foi uma figura marcante no Ndongo, e hoje serve de referência a vários grupos de ativistas negros no Brasil.

Todavia, assim como aconteceu com os denominados sudaneses, em que destacamos os três principais reinos, Gana Mali e Songai, não podemos deixar de dizer que vários outros se destacaram também naquela região. Assim, o mesmo vai acontecer com os denominados Bantos, em que teremos uma multiplicidade de outros povos, que igualmente tiveram singular importância no mundo africano, dentre os quais os Xonas, os Zulus e o império Monomotapa, entre outros, que também tiveram suas estruturas abaladas, com a chegada dos europeus, e, conseqüentemente, sofreram os malefícios ocasionados pelo tráfico transatlântico, tendo esse modificado as estruturas e o desenvolvimento africano.



<sup>11</sup> SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006, p. 20.

## Parte II:

# Aspectos do tráfico de escravos para o Brasil

A escravidão não pode ser debitada a um ou outro povo. Desde os tempos mais remotos, seres humanos escravizaram outros seres humanos. A maior fonte de escravização sempre foram as guerras. Egípcios, romanos, gregos, mesopotâmicos, assim como outros, participaram ativamente dessa experiência. Prisioneiros de guerra eram postos a trabalhar ou eram vendidos conforme a situação. Contudo, não somente as guerras eram fontes de condução de homens e mulheres ao cativeiro, como também crimes, dívidas e falta de condição de auto-sustentar-se, dentre outras. Assim também ocorreu no continente negro, onde várias etnias se utilizaram da servidão. Entretanto, a sujeição africana não pode jamais ser comparada à escravidão brasileira, pois na primeira a servidão era algo definido, os cativos tinham direitos e deveres, podendo, ao longo do tempo, livrar-se do cativeiro. Muitos cativos, tanto na África como no mundo islâmico, ocuparam cargos de destaque e prestígio junto a seus senhores.

Nas sociedades organizadas em torno dos chefes de linhagens, em aldeias ou federações de aldeias, podiam viver estrangeiros, capturados em guerras ou trocados por produtos como sal e cobre que eram subordinados a um senhor e podiam ser chamados de escravos. Eles podiam ser castigados ou vendidos e tinham de fazer o que seu senhor determinasse. Dava-se preferência a mulheres, que cultivavam a terra, preparavam os alimentos e tinham filhos. Os filhos das escravas com homens livres da família do seu senhor ou com ele mesmo geralmente não eram escravos. A princípio não tinham os mesmos direitos dos filhos de mulheres livres, trazendo a marca da escravidão, mas a cada geração esta ia diminuindo, até desaparecer. Ter escravas que aumentassem a capacidade de trabalho e de reprodução da família era uma forma de uma linhagem se fortalecer diante das outras.<sup>12</sup>

Na idade moderna, quando os laços de servidão começavam a se afrouxar na Europa, surpreendentemente vai haver o florescimento da escravidão nas Américas, com uma nova característica, a cor da pele, ou seja, baseadas em justificativas morais, religiosas. Numa suposta superioridade racial, os ameríndios e os africanos serão reduzidos, através de justificativas étnicas, ao cativeiro. Nesse novo contexto, coube a primazia do tráfico de africanos aos portugueses. A escalada dos lusos deu-se após a unificação do reino português. Em 1415, a tomada de Ceuta, importante porto comercial africano que se encontrava nas mãos dos muçulmanos, serviu de marco ao início das conquistas, bem como o Tráfico Negreiro Transatlântico. Costeando a costa africana, os portugueses entraram em contato com as populações nativas do território e estabeleceram atividades mercantis, tendo estas, como principal objeto de comércio, o tráfico de seres humanos. Salvo engano, os primeiros trabalhadores escravizados trazidos ao Brasil teriam vindo do Congo (1532), importante região negra habitada por milhões de pessoas, que teve seu primeiro contato com Portugal através de Diogo Cão, em 1482.

O tráfico de escravos foi uma fonte de grande importância para a acumulação de capital para as nações européias, pois era algo extremamente lucrativo. Embora a primazia tenha sido portuguesa, aos mesmos não podemos atribuir à exclusividade. Do vantajoso comércio de seres humanos participaram, também, holandeses, espanhóis, ingleses, franceses e outros, que ceifaram milhões de vidas africanas. O continente, que outrora abastecera a Europa com metais preciosos – ouro –, pas-

<sup>12</sup> SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006, p. 48.

sou, a partir do século XVI, a municiar as Américas com trabalhadores escravizados. Após serem capturados, eram levados ao litoral para serem transportados em embarcações, alcunhadas de navios negreiros ou “tumbeiros”. Esta alcunha devia-se ao elevado percentual de mortos, ocorridos durante a longa travessia transatlântica a que eram submetidos os filhos da África. O comércio de africanos reduzidos à escravidão era algo extremamente vantajoso. Dele, participavam de seus lucros não somente os negreiros, mas também o estado e o clero.

No reinado de D. João II, o tráfico já estava organizado e regulamentado, submetendo-se no reinado seguinte à jurisdição da “Casa dos Escravos” de Lisboa, anexa à Casa da Mina, depois Casa da Índia. Desde essa época, a coroa tinha interferência direta na atividade, fazendo negócios por conta própria, além de cobrar rendas sobre ela. A Casa dos Escravos destinava o dízimo (10%) dos escravos ao rei e a vintena (5%) à Ordem de Cristo.<sup>13</sup>

O Brasil, ao longo de sua história, foi um dos grandes importadores de trabalhadores escravizados, no que contava com o apoio explícito das autoridades nacionais, tanto no período colônia, como mais tarde durante o império. Em ambos os estágios, a mão-de-obra servil foi a base da economia brasileira.

O próprio governo brasileiro era um “governo que negociava com escravos, contra suas próprias leis e tratados”, escreveu o Ministro dos Estados Unidos no Rio, em 1846. “Os Ministros & Conselheiros de Estado & Senadores e Delegados nas Câmaras estão, sem dúvida, envolvidos neste tráfico tão ousado quanto horroroso...”<sup>14</sup>

Devido às relações diplomáticas e econômicas existentes entre Inglaterra e Portugal, a primeira após também ter se dedicado e beneficiado-se do ao tráfico internacional, partiu principalmente no

século XIX a repressão do lucrativo comércio escravista. Pressionando o governo luso a acabar com o mesmo, no menor espaço possível de tempo.

Durante a sua cruzada de quarenta anos contra o comércio de escravos no Brasil, a Grã-Bretanha negociou uma série de tratados com os governos do Brasil e Portugal entre 1810 e 1826, tendo sido todos eles recebidos com grande relutância por parte dos governantes brasileiros, que sempre tiveram consciência da amarga oposição da maioria de seus cidadãos mais poderosos a quaisquer concessões na questão dos escravos.<sup>15</sup>

Sobre o mesmo assunto segue Conrad:

Em 1823, José Bonifácio de Andrada e Silva afirmou que 40 mil escravos haviam entrado no país durante os cinco ou seis anos anteriores sem causarem aumento significativo na população de escravos, com a maioria deles morrendo “ou de miséria ou de desesperação...”. Um cirurgião britânico que vivia no Rio na década de 1840 afirmou que a população escrava brasileira estava “diminuindo e seria reduzida à insignificância, exceto pelos carregamentos de africanos que eram trazidos anualmente da costa oposta para substituir os mortos”. Os brasileiros, segundo ele pensava, não estavam dispostos “a submeterem-se a todas as despesas e riscos inerentes à infância e a adolescência, quando... podem ir à rua ao lado e obterem qualquer idade ou sexo de que precisem.”<sup>16</sup>

A África, através do tráfico, foi palco do maior holocausto provocado pela humanidade, que foi a transformação africanos em trabalhadores escravizados. Não sabemos ao certo quantos milhões de pessoas foram vítimas diretas ou indiretas do mesmo, porém não temos nada comparável com este. Segundo Walter Rodney, esta cifra pode beirar a 100 milhões de pessoas.<sup>17</sup> O mesmo autor nos apresenta um quadro estimativo das populações entre 1650 a 1900 (em milhões de habitantes).

<sup>13</sup> JUNIOR, Antônio Mendes; RONCARI, Luiz; MARANHÃO, Ricardo. Brasil História. *Texto e contexto*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, vol. 1, p. 104.

<sup>14</sup> CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Trad. Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 31.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 31.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 35-36.

<sup>17</sup> Cf. RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Trad. Edgar Vales. Lisboa: Seara Nova, 1975.

## 2. 1 Estimativa em milhões

	1650	1750	1850	1900
África.....	100	100	100	120
Europa.....	103	144	274	423
Ásia.....	257	437	656	857

Os dados acima demonstram a estagnação da população africana, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, ou seja, durante o período de maior vigor do tráfico transatlântico. Estatisticamente, salvo engano, enquanto os demais continentes tiveram um significativo aumento populacional, a África ficou quase que estagnada, em relação ao crescimento populacional, devido ao maior holocausto da história da humanidade – o tráfico de escravos negros.

A utilização de africanos como cativos, já era algo consagrado mesmo antes da fixação dos portugueses no continente negro. Os árabes, antes destes, já utilizavam a mão-de-obra servil negra, assim como os romanos antes daqueles, entre outros. Todavia, nada vai se comparar com ao êxodo de trabalhadores africanos para as colônias do novo mundo. O tráfico negreiro, assim como os horrores causados a suas vítimas, foi magistralmente narrado por Castro Alves, em seu épico “O navio negreiro”.

## 2.2 “O navio negreiro” (Castro Alves)

### I

‘Stamos em pleno mar... Doudo no espaço  
Brinca o luar – dourada borboleta;  
E as vagas após ele correm... cansam  
Como turba de infantes inquieta.

‘Stamos em pleno mar... Do firmamento  
Os astros saltam como espumas de ouro...  
O mar em troca acende as ardências,  
- Constelações do líquido tesouro...

‘Stamos em pleno mar... Dois infinitos  
Ali se estreitam num abraço insano,  
Azuis, dourados, plácidos, sublimes...  
Qual dos dous é o céu? qual o oceano?...

‘Stamos em pleno mar. . . Abrindo as velas  
Ao quente arfar das virações marinhas,  
Veleiro brigue corre à flor dos mares,  
Como roçam na vaga as andorinhas...

Donde vem? onde vai? Das naus errantes  
Quem sabe o rumo se é tão grande o espaço?  
Neste saara os corcéis o pó levantam,  
Galopam, voam, mas não deixam traço.

Bem feliz quem ali pode nest’hora  
Sentir deste painel a majestade!  
Embaixo – o mar em cima – o firmamento...  
E no mar e no céu – a imensidade!

Oh! que doce harmonia traz-me a brisa!  
Que música suave ao longe soa!  
Meu Deus! como é sublime um canto ardente  
Pelas vagas sem fim boiando à toa!

Homens do mar! ó rudes marinheiros,  
Tostados pelo sol dos quatro mundos!  
Crianças que a procela acalentara  
No berço destes pélagos profundos!

Esperai! esperai! deixai que eu beba  
Esta selvagem, livre poesia  
Orquestra – é o mar, que ruge pela proa,  
E o vento, que nas cordas assobia...  
.....

Por que foges assim, barco ligeiro?  
Por que foges do pávido poeta?  
Oh! quem me dera acompanhar-te a esteira  
Que semelha no mar – doudo cometa!

Albatroz! Albatroz! águia do oceano,  
Tu que dormes das nuvens entre as gazas,  
Sacode as penas, Leviathan do espaço,  
Albatroz! Albatroz! dá-me estas asas.

## II

Que importa do nauta o berço,  
Donde é filho, qual seu lar?  
Ama a cadência do verso  
Que lhe ensina o velho mar!  
Cantai! que a morte é divina!  
Resvala o brigue à bolina  
Como golfinho veloz.  
Presa ao mastro da mezena  
Saudosa bandeira acena  
As vagas que deixa após.

Do Espanhol as cantilenas  
Requebradas de langor,  
Lembram as moças morenas,  
As andaluzas em flor!  
Da Itália o filho indolente  
Canta Veneza dormente,  
- Terra de amor e traição,  
Ou do golfo no regaço  
Relembra os versos de Tasso,  
Junto às lavas do vulcão!

O Inglês – marinheiro frio,  
Que ao nascer no mar se achou,  
(Porque a Inglaterra é um navio,  
Que Deus na Mancha ancorou),  
Rijo entoia pátrias glórias,  
Lembrando, orgulhoso, histórias  
De Nelson e de Aboukir...  
O Francês – predestinado -  
Canta os louros do passado  
E os loureiros do porvir!

Os marinheiros Helenos,  
Que a vaga jônia criou,  
Belos piratas morenos  
Do mar que Ulisses cortou,  
Homens que Fídias talhara,  
Vão cantando em noite clara  
Versos que Homero gemeu ...  
Nautas de todas as plagas,  
Vós sabeis achar nas vagas  
As melodias do céu! ...

## III

Desce do espaço imenso, ó águia do oceano!  
Desce mais ... inda mais... não pode olhar  
humano  
Como o teu mergulhar no brigue voador!  
Mas que vejo eu aí... Que quadro d'amarguras!  
É canto funeral! ... Que tétricas figuras! ...  
Que cena infame e vil... Meu Deus! Meu Deus!  
Que horror!

## IV

Era um sonho dantesco... o tombadilho  
Que das luzernas avermelha o brilho.  
Em sangue a se banhar.  
Tínir de ferros... estalar de açoite...  
Legiões de homens negros como a noite,  
Horrendos a dançar...

Negras mulheres, suspendendo às tetas  
Magras crianças, cujas bocas pretas  
Rega o sangue das mães:  
Outras moças, mas nuas e espantadas,  
No turbilhão de espectros arrastadas,  
Em ânsia e mágoa vãs!

E ri-se a orquestra irônica, estridente...  
E da ronda fantástica a serpente  
Faz doudas espirais ...  
Se o velho arqueja, se no chão resvala,  
Ouvem-se gritos... o chicote estala.  
E voam mais e mais...

Presa nos elos de uma só cadeia,  
A multidão faminta cambaleia,  
E chora e dança ali!  
Um de raiva delira, outro enlouquece,  
Outro, que martírios embrutece,  
Cantando, geme e ri!

No entanto o capitão manda a manobra,  
E após fitando o céu que se desdobra,  
Tão puro sobre o mar,  
Diz do fumo entre os densos nevoeiros:  
"Vibrai rijo o chicote, marinheiros!  
Fazei-os mais dançar!..."

E ri-se a orquestra irônica, estridente. . .  
E da ronda fantástica a serpente  
Faz doudas espirais...  
Qual um sonho dantesco as sombras voam!...  
Gritos, ais, maldições, preces ressoam!  
E ri-se Satanás!...

## V

Senhor Deus dos desgraçados!  
Dizei-me vós, Senhor Deus!  
Se é loucura... se é verdade  
Tanto horror perante os céus?!  
Ó mar, por que não apagas  
Co'a esponja de tuas vagas  
De teu manto este borrão?...  
Astros! noites! tempestades!  
Rolai das imensidades!  
Varrei os mares, tufão!

Quem são estes desgraçados  
Que não encontram em vós  
Mais que o rir calmo da turba  
Que excita a fúria do algoz?  
Quem são? Se a estrela se cala,  
Se a vaga à pressa resvala  
Como um cúmplice fugaz,  
Perante a noite confusa...  
Dize-o tu, severa Musa,  
Musa libérrima, audaz!...

São os filhos do deserto,  
Onde a terra esposa a luz.  
Onde vive em campo aberto  
A tribo dos homens nus...  
São os guerreiros ousados  
Que com os tigres mosqueados  
Combatem na solidão.  
Ontem simples, fortes, bravos.  
Hoje míseros escravos,  
Sem luz, sem ar, sem razão. . .

São mulheres desgraçadas,  
Como Agar o foi também.  
Que sedentas, alquebradas,  
De longe... bem longe vêm...  
Trazendo com túbios passos,

Filhos e algemas nos braços,  
N'alma – lágrimas e fel...  
Como Agar sofrendo tanto,  
Que nem o leite de pranto  
Têm que dar para Ismael.

Lá nas areias infindas,  
Das palmeiras no país,  
Nasceram crianças lindas,  
Viveram moças gentis...  
Passa um dia a caravana,  
Quando a virgem na cabana  
Cisma da noite nos véus ...  
... Adeus, ó choça do monte,  
... Adeus, palmeiras da fonte!...  
... Adeus, amores... adeus!...

Depois, o areal extenso...  
Depois, o oceano de pó.  
Depois no horizonte imenso  
Desertos... desertos só...  
E a fome, o cansaço, a sede...  
Ai! quanto infeliz que cede,  
E cai p'ra não mais s'erguer!...  
Vaga um lugar na cadeia,  
Mas o chacal sobre a areia  
Acha um corpo que roer.

Ontem a Serra Leoa,  
A guerra, a caça ao leão,  
O sono dormido à toa  
Sob as tendas d'amplidão!  
Hoje... o porão negro, fundo,  
Infecto, apertado, imundo,  
Tendo a peste por jaguar...  
E o sono sempre cortado  
Pelo arranco de um finado,  
E o baque de um corpo ao mar...

Ontem plena liberdade,  
A vontade por poder...  
Hoje... cúm'lo de maldade,  
Nem são livres p'ra morrer. .  
Prende-os a mesma corrente  
- Férrea, lúgubre serpente -  
Nas roscas da escravidão.

E assim zombando da morte,  
Dança a lúgubre coorte  
Ao som do açoute... Irrisão!...

Senhor Deus dos desgraçados!  
Dizei-me vós, Senhor Deus,  
Se eu deliro... ou se é verdade  
Tanto horror perante os céus?!...  
Ó mar, por que não apagas  
Co'a esponja de tuas vagas  
Do teu manto este borrão?  
Astros! noites! tempestades!  
Rolai das imensidades!  
Varrei os mares, tufão! ...

## VI

Existe um povo que a bandeira empresta  
P'ra cobrir tanta infâmia e cobardia!...  
E deixa-a transformar-se nessa festa  
Em manto impuro de bacante fria!...  
Meu Deus! meu Deus! mas que bandeira é esta,  
Que impudente na gávea tripudia?  
Silêncio. Musa... chora, e chora tanto  
Que o pavilhão se lave no teu pranto! ...

Auriverde pendão de minha terra,  
Que a brisa do Brasil beija e balança,  
Estandarte que a luz do sol encerra  
E as promessas divinas da esperança...  
Tu que, da liberdade após a guerra,  
Foste hasteado dos heróis na lança  
Antes te houvessem roto na batalha,  
Que servires a um povo de mortalha!...

Fatalidade atroz que a mente esmaga!  
Extingue nesta hora o brigue imundo  
O trilho que Colombo abriu nas vagas,  
Como um íris no pélago profundo!  
Mas é infâmia demais! ... Da etérea plaga  
Levantai-vos, heróis do Novo Mundo!  
Andrada! arranca esse pendão dos ares!  
Colombo! fecha a porta dos teus mares!<sup>18</sup>



Sobre as condições de transporte nos “tumbelões” descreve um médico britânico contemporâneo:

Amontoados no convés, e obstruindo as passagens em ambos os lados, agachados, ou melhor, curvados, trezentos e sessenta e dois negros. Com doença, deficiência e miséria estampadas com imensidade de tal forma dolorosa que excedia qualquer poder de descrição. Um canto... um grupo de miseráveis estirados, muitos nos últimos estágios da exaustão e todos cobertos com pústulas de varíola. Observei que muitos deles tinham rasgado até o lugar em que a água havia sido servida, na esperança de conseguir um gole do líquido preciso; mas incapazes de retornarem aos seus lugares, jaziam prostrados ao redor da tina. Aqui e ali, em meio ao aglomerado, havia casos isolados da mesma doença repugnante em sua forma confluyente ou pior, casos de extrema exaustão. Alguns em estado de completo estupor, outros olhando pensosamente ao redor, apontando com os dedos para suas bocas crestadas... Em todos os lados, rostos esqueléticos e encovados, tornados ainda mais hediondos pelas pálpebras intumescidas por uma violenta oftalmite da qual pareci sofrer a maioria; além disso havia figuras reduzidas a pele e osso, curvadas numa postura que originalmente foram forçadas a adotar pela falta de espaço, e que a debilidade e rigidez das juntas forçaram -nos a manter.<sup>19</sup>

Traficantes de várias nacionalidades usufruíram do tráfico transatlântico, onde trocavam suas mercadorias (ferro, cobre, armas, tecidos, vidros, fumo etc.) na costa africana, por prisioneiros que recebiam a designação de “peças”.

A peça representa um negro de 15 a 25 anos. Um negro de 8 a 15 (anos não constitui uma peça inteira; são preci-

<sup>18</sup> ALVES, Castro. *O navio negreiro*. Disponível em: <www.culturabrasil.pro.br/navionegreiro/>. Acesso em 27 de nov. 2007.

<sup>19</sup> EQUIPE Cehila – popular. *A História dos africanos na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 26.

so três para fazer duas peças. As crianças com menos de 8 anos (moleques) e os adultos de 35 a 45 anos contam ½ peça. As crianças de peito seguem as mães e não contam. Os doentes e os que têm mais de 45 anos são julgados por árbitros. O escravo ideal é a peça de 1.82m, de 25 anos e sem defeitos físicos. Abaixo de 1.65m, uma peça perde muito de seu valor.<sup>20</sup>

O tráfico de africanos e a conseqüente escravização dos mesmos contou também com o apoio da Igreja católica, que, juntamente com o Estado, se beneficiava economicamente do rendoso negócio, como relata Ronaldo Vaifas citando uma correspondência de Luis Brandão, reitor do colégio de Luanda a Alonso Sandoval em 1611.

[...] nunca consideramos este tráfico ilícito. Os Padres do Brasil também não, e sempre houve, naquela província, padres eminentes pelo saber. Assim, tanto nós como os padres do Brasil compramos aqueles escravos sem escrúpulos... É verdade que, quando um negro é interrogado, ele sempre pretende que foi capturado por meios ilegítimos... É verdade também que, entre os escravos que se vendem em Angola nas feiras, há os que são legítimos... Mas estes não são numerosos e é impossível procurar estes poucos escravos ilegítimos entre os dez ou doze mil que partem cada ano do porto de Luanda.<sup>21</sup>

Outro fator que motivava o tráfico era o valor. Depois de capturados e entregues aos Pumbeiros pelos Sobas, os africanos poderiam ser comprados nas costas africanas, em 1846, por oito a dezoito dólares, e três ou quatro semanas depois poderiam ser vendidos em território brasileiro por trezentos dólares.<sup>22</sup> Os homens, devido à sua força física, foram o alvo preferencial dos traficantes. Calcula-se que para cada três ou quatro homens embarcados para o Brasil tenha sido importada uma mulher, ocasionando, dessa forma, um desequilíbrio sexual entre a escravaria brasileira. Os trabalhadores e trabalhadoras escravizados, após serem transportados em condições desumanas, chegavam ao seu destino no Brasil e desembarcavam nos portos do Rio de Janeiro, de Recife, da Bahia, de São Paulo, entre outros. A

chegada da mercadoria, como eram chamados, foi descrita por Robert Conrad:

Havia nesta cidade, o terrível costume de tão logo os negros desembarcassem nos portos vindos da costa africana, entravam na cidade através das principais vias publicas, não apenas carregados de inúmeras doenças, mas nus. E porque essa espécie de gente, se não lhe é dada maiores instruções, é como qualquer bruto selvagem, eles faziam tudo o que a natureza sugeria no meio da rua, onde ficavam sentados em algumas tábuas ali colocadas, causando não apenas a pior espécie de mau cheiro nessas ruas e cercanias, mas também oferecendo o espetáculo mais terrível que o olho humano pode testemunhar.<sup>23</sup>

Guardados em depósitos e examinados como animais, onde lhes eram vistoriados os dentes e os órgãos genitais, os escravos estavam prontos para serem vendidos aos seus “senhores”. Após o negócio, eram marcados a ferro com a marca de seu dono e recebiam um nome cristão de batismo. Era necessário cortar todo o vínculo ou lembrança de suas vidas livres na África, por isso lhes era dada uma nova identidade e religião. Os laços com o passado deveriam ser desfeitos para facilitar suas submissões.

O comércio de cativos era algo extremamente lucrativo para os comerciantes, pois estes nunca saíam com os navios sem mercadorias. Os negociantes de seres humanos partiam da Europa carregando objetos como rum, fumo, ferro, tecidos, armas, vidro, cobre etc., rumo aos portos africanos. Lá, trocavam as mercadorias por prisioneiros, muitas vezes senhores da elite local – reis e homens da nobreza africana ou homens comuns, que agora serviriam como “mercadoria”. De posse da “nova mercadoria”, os traficantes rumavam para os portos coloniais, onde as vendiam. Após transacionarem os seres humanos transformados em “peças”, as naus então retornavam aos portos de origem, carregadas de produtos coloniais como: melado, pau-brasil, cachaça, tabaco etc., fechando, assim, um rentável comércio transatlântico.

<sup>20</sup> MAURO, Frederic. *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1750-1670)*. Lisboa: Estampa, 1989, p. 243.

<sup>21</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 16.

<sup>22</sup> GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990, p. 88.

<sup>23</sup> CONRAD, Robert. *Tumbeiros – O tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 19.

## 2.3 Nota sobre a história dos escravos no Brasil

O século XVI, marca a chegada dos europeus nas terras hoje denominadas de Brasil. Porém, antes da chegada dos mesmos, essa já se achava ocupada pelos brasis. Calcula-se estimadamente que esta população estaria em torno de dois a cinco milhões de habitantes, quando da chegada dos portugueses. Os lusos que aqui abordaram estavam à procura de especiarias e metais preciosos. Porém, não encontrando tais objetos, deixaram quase que abandonadas às terras brasileiras. Limitando-se basicamente ao escambo de pau-brasil com os habitantes locais.

Pretendendo preservar o domínio sobre a nova terra, os conquistadores tomam a decisão de colonizá-la. Temendo a presença de corsários holandeses, ingleses e franceses nas costas brasileiras, Portugal buscou uma alternativa comercial para colonizar suas terras no novo mundo. Aproveitando-se de sua experiência na produção de açúcar, nas Ilhas da Madeira, os lusos resolvem transportar suas experiências no cultivo da cana para o Brasil, como meio de viabilizar financeiramente a nova colônia de exploração portuguesa. A empresa açucareira vai modificar radicalmente as relações sociais entre os portugueses e os brasis (brasileiros). Necessitando de obreiros, que trabalhassem de forma permanente e não esporádica, como era o caso do escambo, para o novo empreendimento econômico, os galegos vão optar pela escravização indígena para resolver o problema de mão-de-obra no cultivo de cana-de-açúcar. Fazem, assim, dos índios os primeiros trabalhadores escravizados na nova terra.

Este procedimento por parte da metrópole vai provocar inúmeros conflitos com os brasis, e a conseqüente desestruturação destes povos do litoral brasileiro. Diante do novo contexto, aos brasis restou à escravidão, o refúgio no interior ou o combate aos invasores, o que acarretou sua

dizimação, haja vista hoje estarem reduzidos a uma população de aproximadamente 360.000 pessoas, segundo dados de 2001. Não conseguindo resolver o problema da mão-de-obra através da escravização dos nativos, os galegos vão se voltar para o continente africano, onde já praticavam o tráfico de escravos.

A sociedade açucareira, que vai se estruturar principalmente no Nordeste brasileiro, proporcionou a entrada em grande número dos primeiros trabalhadores africanos reduzidos à escravidão e, com esses, as bases de uma sociedade colonial assaz hierarquizada, apresentando, assim, uma estratificação social extremamente rígida, onde quase inexistia a mobilidade social. Sobre a utilização da mão de obra escrava nos engenhos, afirma Gorender:

Na Bahia, onde os engenhos tinham dimensões médias maiores que nas demais regiões, o padre Fernão Cardim observava, nos fins do século XVI, que o plantel mínimo era de 60 escravos para o serviço ordinário do engenho, porém a maioria possuía de 100 a 200.<sup>24</sup>

Sobre o mesmo assunto, escreveu Faustino:

Até meados do século XIX, o desenvolvimento da agricultura canavieira no nordeste do Brasil ensejou o surgimento de um fluxo sistemático de cativos vindos da África. A obtenção de escravos africanos era tão importante que, segundo o padre Antônio Vieira, sem negros não haveria Pernambuco, e sem Angola, não haveria negros.<sup>25</sup>

A mão-de-obra negra africana foi de fundamental importância para a economia colonial e mais tarde imperial no território brasileiro, e teve no modo de produção escravista o alicerce de seus ganhos. Os africanos e seus descendentes participaram como atores principais nos denominados ciclos econômicos, desde a cana-de-açúcar até à produção cafeeira. Ou seja, foram os produtores diretos durante o período colonial e imperial.

Sobre a participação dos africanos em um dos ciclos, o da mineração, nos diz Mário Maestri:

<sup>24</sup> GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 5. ed. revista e ampliada. São Paulo: Ática, 1988, p. 85.

<sup>25</sup> FAUTINO, Getibá. *O comércio de escravos na obra de Antonio de Oliveira de Cadornega*. In: Vários autores. *Estudos Ibero-Americanos – Anais – I simpósio Gaúcho sobre escravidão negra*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1990, p. 106.

Quando caíram as rendas do açúcar, os luso-brasileiros dedicaram-se a, novamente, como haviam feito nos primeiros anos da Colônia, procurar minerais preciosos. Em fins do século XVII, foram descobertas, nos sertões do Brasil central, as “minas gerais”.

Na mineração, como no açúcar, podiam ser empregadas grandes equipes de cativos, obtendo-se grandes lucros. Até os últimos anos do século XVIII, a mineração escravista foi a principal atividade da Colônia.

A descoberta das minas contribuiu para que muitos empresários escravistas abandonassem, com as escravarias, as plantações do litoral. Ela relançou, igualmente, a importação de trabalhadores escravizados da África.<sup>26</sup>

Na mesma linha de raciocínio segue o mesmo autor:

A economia mineradora conheceu três quartos de século de pujança, antes de entrar em acelerada exaustão. Em relação ao mundo açucareiro nordestino, a sociedade mineira do Brasil Central destacava-se por mais forte presença do Estado, por um desenvolvimento mais significativo e variado das atividades produtivas e dos serviços e por uma maior mobilidade social. Entretanto, esse mundo manteve sempre seu caráter rigidamente escravista e nunca chegou a conformar o universo quase democrático sugerido por muitos autores.<sup>27</sup>

Inegavelmente, os trabalhadores escravizados africanos ou seus descendentes foram os produtores diretos dos grandes ciclos econômicos brasileiros, durante o período colonial e imperial. Porém, foi no último grande ciclo da era imperial, já no século XIX, que eles tiveram o seu aproveitamento em maior escala até o fim do regime es-

cravista, em 1888. Após o esgotamento das minas de ouro e diamante, a economia brasileira passa a ser sustentada por uma nova atividade econômica: o café. Este passou a ser consumido em grande escala na Europa e nos Estados Unidos, dando assim um novo impulso às atividades negreiras. A importância da mão-de-obra escrava nas lavouras cafeeiras pode ser percebida através do número de trabalhadores escravizados utilizados em tais estabelecimentos.

Avaliadas pelo critério do plantel de escravos, as fazendas de café do século XIX foram certamente as plantagens de maiores dimensões. No município de Vassouras, típico do vale do Paraíba, o plantel médio, segundo Stanley Stein, era de 80 a 100 escravos.<sup>21</sup> Mas, enquanto foram bem raros os engenhos de açúcar com mais de 200 escravos, não escasseiam as referências a fazendas de café com 200 a 400. Inexiste qualquer menção à separação entre lavoura e beneficiamento do café, exceto já na última década do escravismo, com relação a sitiantes europeus que pegavam o beneficiamento de sua produção, levando a efeito nas fazendas.<sup>28</sup>

Pelo número de trabalhadores escravizados nas fazendas de café, podemos perceber a importância e a dependência do elemento servil para a economia brasileira do período imperial, visto ser o café o principal produto de exportação na ocasião. Com tais dados podemos entender o esforço feito pelos grandes cafeicultores em manter a mão-de-obra servil até os últimos dias da escravidão.

<sup>26</sup> MAESTRI, Mário. *O escravismo no Brasil*. 12. ed. São Paulo: Atual, 1994, p. 74.

<sup>27</sup> Idem. *Uma história do Brasil: colônia*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002, p. 137.

<sup>28</sup> GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 5. ed. revista e ampliada. São Paulo: Ática, 1988, p. 87.

## Parte III:

# Marcas da escravidão negra no Rio Grande do Sul

### 3.1 Uma nota inicial sobre as profissões

Se é verdade que no Brasil a maior concentração da escravaria se deu nas fazendas de café, deve-se também notar que não só nas grandes plantações do Sudeste ou do Nordeste brasileiro foram utilizados os trabalhadores feitorizados. No Rio Grande do Sul, uma das principais províncias escravistas do século XIX, o principal meio econômico, que deu entrada aos africanos e

seus descendentes, foi estruturado através das atividades charqueadoras. Mas não só nas charqueadas os negros se fizeram presentes. Também o mundo urbano sul riograndense contou com a participação do trabalho dos trabalhadores escravizados. O quadro abaixo mostra uma distribuição da população escrava no Estado do Rio Grande do Sul, apontando a diversidade de profissões exercidas pelos africanos e seus descendentes, na antiga Província de São Pedro.

**Profissões da população escrava do R.G.do Sul  
segundo censo de 1872**

<b>Profissões</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
Artistas	38	26	64
Marítimos	39	-	39
Pescadores	14	-	14
Costureiros	-	3.342	3.342
Canteiros, calafates, mineiros e cavoqueiros	11	-	11
Operários em metais	23	-	23
Operários em madeiras	205	-	205
Operários em tecidos	-	27	27
Operários de edificação	14	-	14
Operários de vestuários	13	-	13
Operários de chapéus	8	-	8
Operários de calçados	42	-	42
Lavradores	29.363	19.373	48.736
Criados e jornaleiros	563	403	966
Serviço doméstico	242	1.178	1.410
Sem profissão	5.121	7.756	12.877
<b>Total</b>	<b>35.686</b>	<b>32,705</b>	<b>67.791</b>

Fonte: Assumpção, Jorge Euzébio. *Pelotas: escravidão e charqueadas (1780/1888)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 186.

Nas cidades, portanto, a escravidão também se fez presente, embora desfrutando em certos casos de uma liberdade relativa maior do que na zona rural. Nos grandes centros, as opções de escravidão poderiam variar, dando ao cativo algumas alternativas em relação à servidão, onde muitas vezes podiam atuar como escravos de aluguel ou ao ganho. Por escravos de aluguel, classificamos todos os cativos que possuíam certa autonomia em relação a seus senhores, realizando diversas funções remuneradas trabalhando por conta própria. Alugavam-se como transportadores, pedreiros, oleiros, ambulantes, barbeiros etc. Entretanto, parte do dinheiro arrecadado pelo escravo era destinada ao seu senhor, que não mantinha sobre o mesmo qualquer tipo de responsabilidade econômica, seja sobre a alimentação seja sobre a moradia. Essas ficavam a critério do próprio cativo, que muitas vezes se via forçado ao furto para suprir as suas necessidades básicas.

O escravo de aluguel era outra forma de exploração da mão-de-obra escrava. Os escravistas alugavam o trabalho de seus cativos a terceiros para a execução de atividades. Nesses casos, tanto o valor do aluguel quanto a escolha para quem seria alugado era de responsabilidade do escravocrata. Seja no campo ou nas cidades, a exploração servil sustentou o império brasileiro, que foi conivente com o trabalho escravo durante sua existência, só mudando de “atitude”, quando das pressões abolicionistas. Vale lembrar que vários escravos entraram ilegalmente no Brasil após 1831 e continuaram servilmente a trabalhar nas fazendas imperiais.

### **3.2 A escravidão negra no Rio Grande do Sul**

O Rio Grande do Sul teve uma ocupação tardia, pois não possuía nos primeiros tempos grandes atrativos para a política expansionista colonial portuguesa. Embora não apresentando estímulos econômicos significativos que justificas-

sem um empenho maior por parte dos lusos, a região viria a interessar mais tarde aos mesmos, sobretudo devido aos seus aspectos geopolíticos, como afirma Fernando Henrique Cardoso, que assegurara ter sido o Rio Grande do Sul integrado ao restante do território por razões políticas, militares e econômicas: “obedeceram à estratégia da expansão colonial portuguesa, e às razões econômicas, que diziam respeito ao comércio de mulas e cavalos feito pelos paulistas para suprimento da área mineradora do Brasil”.

O Sul do país foi uma área de constantes tensões entre portugueses e espanhóis, que disputavam o controle da região e, sobretudo da Colônia de Sacramento, importante centro de contrabando lusitano na região do Prata. Fundada em 1680 pelos portugueses, essa ocupava posição estratégica na disputa pela região, devido à sua posição geopolítica, situada hoje no atual extremo sul do Uruguai. Desde sua fundação, Sacramento contou com a presença dos trabalhadores negros escravizados. A presença dos africanos e seus descendentes na região foi destacada por Cláudio Moreira Bento, quando diz que, na fundação da mesma por D. Manoel Lobo, sua expedição era constituída entre outros elementos por 200 militares, 3 padres, 60 negros, dos quais 41 escravos do comandante, 6 mulheres índias e uma branca e índios. Os negros representavam mais de 20% do total da expedição. Nessa mesma linha está o historiador Rego Monteiro, principal pesquisador brasileiro da colônia, quando afirma que em 1680 já existiam nesta região dois ranchos destinados a abrigar 48 negros escravos.

A contribuição dos africanos e seus descendentes pode ser comprovada não só em Sacramento, mas também na fundação de Rio Grande lusitano, onde tornaram-se figuras marcantes nas diversas atividades produtivas, realizadas nas terras sul rio-grandenses, como é sugerido no levantamento feito pelo tenente Córdova em 1780, no momento em que começava a instalação das grandes charqueadas.

### População RS – 1780

Freguesias	Branços	Índios	Pretos	Total
Madre de Deus	871	96	545	1.512
Rio Grande	1.643	182	596	2.421
Estreito	880	97	277	1.254
Mostardas	360	40	291	591
Viamão	1.028	114	749	1.891
Conceição do Arroio	234	25	158	417
Aldeia dos Anjos	210	1.890	255	2.355
Vacaria	291	32	248	571
Triunfo	637	-	640	1.277
Taquari	580	-	109	689
Santo Amaro	512	-	208	720
Rio Pardo	1.317	438	619	2.374
Cachoeira	42	383	237	662
<b>Totais</b>	<b>9.433</b>	<b>3.388</b>	<b>5.102</b>	<b>17.923</b>

Fonte: CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 41.



### As charqueadas

Ao longo dos anos, a entrada de trabalhadores escravizados teve um aumento significativo, principalmente após a criação do pólo charqueador pelotense, a partir de 1780, que proporcionou em grande escala a entrada dos trabalhadores escravizados negros na região, tanto em número quanto em percentual, como pode ser constatado pelo Censo de 1814.

### Censo da População do Rio Grande do Sul por zonas, segundo a condição da população presente em 1814

Freguesia	Branços	Indíg.	Livres	Escravos	R. Nasc.	Total
Viamão	1.545	11	188	908	160	2.812
Santo Antonio da Patrulha	1.706	08	330	961	98	3.103
Conceição do Arroio	837	19	180	538	74	1.648
S. Luiz de Mostarda	723	05	68	281	74	1.151
N. S. dos Anjos (aldeia)	1.292	256	233	716	156	2.653
Porto Alegre (cidade)	2.746	34	588	2.312	431	6.111
S. Bom Jesus de Triunfo(vla)	1.760	55	240	1.208	193	3.450
S. José de Taquari (fazenda)	1.092	42	67	433	80	1.714
Rio Pardo (cidade)	5.931	818	969	2.429	298	10.445
Cachoeira (vila)	4.576	425	398	2.622	204	8.225
Piratini (vila)	1.439	182	335	1.535	182	3.673
Pelotas	712	105	232	1.226	144	2.419
Rio Grande (cidade)	2.047	38	160	1.119	226	3.590
Missões (povos)	824	6.395	77	252	403	7.951
<b>Total das províncias</b>	<b>32.300</b>	<b>8.655</b>	<b>5.399</b>	<b>20.611</b>	<b>3.691</b>	<b>70.656</b>

Fonte: CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 43.

Sobre a presença escrava no Rio Grande do Sul, afirma Mário Maestri:

O cativo africano foi introduzido no Sul antes mesmo dos fundadores da capitania de São Pedro. Em 1874, com 21,3% de cativos, o Rio Grande era a terceira província brasileira em números relativos de cativos, após o Rio de Janeiro (39,7%) e o Espírito Santo (27,6%).<sup>29</sup> Até 1884, a província sulina constituiu uma das principais regiões escravistas do Brasil em quantidade de cativos, após Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Os dados demográficos sugerem que, no mínimo, a população regional escravizada expandiu-se, em número absoluto até os anos de 1870.<sup>29</sup>

Presentes no território gaúcho desde a sua fundação pelos portugueses, os trabalhadores negros escravizados foram de fundamental importância para o desenvolvimento econômico e cultural da antiga Província de São Pedro. Fato este que contraria parte da historiografia, que por muito tempo sonou ou menosprezou sua participação na formação social sul-rio-grandense, principalmente nas lidas campeiras.

A liberdade no Rio Grande do Sul é uma condição anterior a tudo, tão necessária ao homem como o sol que lhe dá vida; para não perdê-la, é capaz dos maiores heroísmos. Por isso, dentro dos acampamentos, conserva aquele altivo sentimento que tanto o distingue.<sup>30</sup>

Ainda sobre o assunto, segue o autor:

É a democracia rio-grandense das estâncias que influi sobre a disciplina e não esta sobre aquela. No tecido social rio-grandense sempre foram as estâncias as verdadeiras células. Os estancieiros, suas famílias e seus peões construíram uma unidade que tinha alguma coisa do clã céltico ou da organização patriarcal sem se confundir com nenhum deles.<sup>31</sup>

Com base em depoimentos como o de Jorge Salis Goulart entre outros, criou-se o mito da democracia pastoril com uma vida livre sem opressão, baseada na mão-de-obra livre, através da qual o “gaúcho” trabalhava pelo prazer e pelos la-

ços de amizade que o ligava ao seu estancieiro. Segundo essa visão historiográfica, o peão era quase como um membro da família. Entretanto, as estâncias nunca foram um exemplo de liberdade, como tentam salientar alguns ideólogos do tradicionalismo e da historiografia oficial. Muito antes pelo contrário, a servidão e a coerção sempre estiveram presentes dentro desses estabelecimentos. Haja vista o fato de grande parte da peonada sul-rio-grandense ser composta de escravos ou negros livres.

Em 7 de março de 1978, Décio Freitas afirmava em artigo que “o trabalho social da produção pecuária era desempenhado por gente livre só esporadicamente aparecia o escravo”. Apoiados em dados demográficos de municípios pastoris, Sergio da Costa Franco contraditou o então historiador marxista, propondo, com sensibilidade, que, “muito provavelmente”, o trabalho cativo tivesse sido a base da produção pastoril sulina. Em 10 de março, entretanto no debate, Paulo Xavier, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, retrucou a Fernando Henrique Cardoso, que também defendera a pouca importância do negro escravizado nas fazendas criatórias em Capitalismo e escravidão no Brasil meridional.

Paulo Xavier citou dados de 1859, sobre 391 estâncias no município de Alegrete, com rebanho de 772.232 vacuns, cuidados por 124 capatazes, 159 peões livres e 527 escravos, com uma produção anual de 96.529 vacuns, 6.039 muares e 32.558 borregos. Uma interpretação rápida desses dados sugere a maioria absoluta de trabalhadores escravizados nas fazendas do município.<sup>32</sup>

O exemplo acima comprova a importância e a presença dos negros escravizados também nas atividades campeiras. Fato este que destituiu a ideologia da denominada democracia racial gaúcha. Todavia, se existiram “dúvidas” em relação à participação dos africanos e seus descendentes nas lides do campo, o mesmo não se deu em relação às charqueadas. Estas, sem sombra de dúvida, sempre tiveram sua produção vinculada à mão-de-obra servil, fato irrefutável até mesmo

<sup>29</sup> MAESTRI, Mário. *Deus é grande, o mato é maior! História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no rio Grande do Sul*. Passo Fundo: EDUPF, 2002, p. 88-89.

<sup>30</sup> GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. 4. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro; Caxias do Sul: EDUCS, 1985, p. 27.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 27-28.

<sup>32</sup> MAESTRI, Mário. *Deus é grande, o mato é maior! História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no RS*. Passo Fundo: EDUPF, 2002, p. 90.

por aqueles que tentam menosprezar a importância dos trabalhadores negros escravizados no Brasil Meridional. A partir dessas unidades produtivas, mais precisamente nas localizadas em Pelotas, onde instalou-se o pólo charqueador,<sup>33</sup> através de José Pinto Martins, que viabilizou em grande escala o ingresso expressivo, no território gaúcho, da mão-de-obra negra escravizada.

Foi nos estabelecimentos saladeiris que ocorreu no Rio Grande do Sul a maior concentração de trabalhadores escravizados, pois, devido às duras condições de trabalho, suas atividades eram refutadas pelos homens livres, obrigando seus proprietários a utilizar a mão-de-obra escrava. O grande número de cativos pode ser exemplificado através dos testamentos dos charqueadores, chegando alguns deles a possuir mais de uma centena de negros escravizados, como foram os casos de Eugénia Ferreira da Conceição, com 179; Antônio José da Silva Maia, com 116; Barão de Buthuy, com 142, entre outros.

Sobre as charqueadas em seu período de manutenção, disse o viajante Herbert Smith, quando de sua visita a Pelotas em 1882:

Há um não sei que de revoltante e ao mesmo tempo cativador nestes grandes matadores; os trabalhadores negros, semi-nus, escorrendo sangue; os animais que lutam os soalhos e sarjetas correndo rubros, os feitores estólios, vigiando imóveis sessenta mortos por hora, os montes de carne fresca dessorando, o vapor assobiando das caldeiras, a confusão que entretanto é ordem: tudo isto combina-se para formar uma pintura tão peregrina e horrida quanto pode caber na imaginação. De toda esta carnificina derivou a riqueza de Pelotas, uma das mais prósperas entre as cidades menores do Brasil.<sup>34</sup>

Nas charqueadas, o principal produto a ser fabricado era o charque, sendo esse o “carro-chefe” das exportações do Rio Grande do Sul. Sobre a importância econômica desse produto, assim como dos estabelecimentos produtores, observa Alvarino Marques:

O exame de participação dos produtos animais no valor das exportações feitas no Rio Grande do Sul em 1861 a 1890 mostra que o charque, em 1861, contribuía com 37,7% do valor total do que vendíamos para o exterior e os couros com 37,2% desse mesmo valor. Em 1890, o charque figurava com 30,3% e os couros com 24,4% do que valiam nossas exportações.

Portanto em 1861, 74,9% do que vendíamos para fora era representado por produtos das charqueadas. Em 1890, 54,7% desses produtos tinham a mesma origem [...].<sup>35</sup>

Pelotas foi um grande centro escravista, assim como principal pólo econômico do Rio Grande do Sul no século XIX, tendo sua parcimônia baseada nos produtos fabricados nas charqueadas. Sendo que as mesmas funcionaram tendo como base a mão-de-obra cativa. Nesse sentido, podemos afirmar serem os afrodescendentes os responsáveis diretos pela prosperidade e pujança da economia gaúcha exportadora dessa centelha. O que desmistifica também alguns conceitos de sonegação da importância da mão-de-obra escrava no Brasil Meridional.

### 3.3 Tratamento dispensado aos escravos gaúchos

As relações entre negro e senhor eram iguais, senão piores que as verificadas no resto do Brasil escravocrata, o que levou o viajante Nicolau Dreys, a escrever: “uma charqueada bem administrada é um estabelecimento penitenciário”.<sup>36</sup>

Criou-se no Rio Grande do Sul um artifício de desvalorização da mão-de-obra escrava, através de vários mitos e inverdades históricas. Nesse processo, verifica-se também “folcloricamente” a apologia do escravo bem tratado, ou seja, de uma escravidão mais benigna e humana do que a existente no restante do Império.

Profundamente generoso, o rio-grandense soube tratar os escravos, como já sabemos, com muito maior brandura do que em outros pontos do Brasil. O cativoiro

<sup>33</sup> GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. 2. ed. Pelotas: Ed. UFPEL, 2001.

<sup>34</sup> SMITH, Hebert H. *Do Rio de Janeiro a Cuiabá*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1922, p. 140.

<sup>35</sup> MARQUES, Alvarino da Fontoura. *Evolução das charqueadas rio-grandenses*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990, p. 96-97.

<sup>36</sup> ASSUMPTÃO, Jorge Euzébio. *Pelotas: escravidão e charqueadas (1780/1888)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 200.

aqui não conheceu os horrores das senzalas do centro e do norte, em que os méritos do trabalho do eito, ao mormaço, alternavam com os rigores inquisitórios do tronco.<sup>37</sup>

Essa fabricação ideológica, que teve em Jorge Salis Goulart um dos seus principais representantes, encontra-se extremamente difundida até os dias de hoje, tanto no imaginário como na literatura sul-rio-grandense. No entanto, tal visão não encontra respaldo na documentação histórica, pois essa demonstra que o tratamento obtido pelos escravos sul-rio-grandenses foi igual ou pior do que no restante do Brasil.

O modo pelo qual a escravaria era tratada na antiga Província de São Pedro pode ser muito bem ilustrado pelo viajante francês August de Saint-Hilaire, contemporâneo da escravidão gaúcha, no século XVIII. Esse descreve o dia de um dos denominados “meninos de parede”. O depoimento do viajante se torna mais expressivo ainda devido ao fato do autor possuir uma postura não muito simpática aos negros:

Nas charqueadas os negros são tratados com dureza. O Sr. Chaves, tido como um dos charqueadores mais humanos, só fala aos seus escravos com exagerada severidade, no que é imitado por sua mulher; os escravos parecem tremer diante de seus donos.

Há sempre na sala um pequeno negro de 10 a 12 anos, cuja função é ir chamar os outros escravos, servir água e prestar pequenos serviços caseiros. Não conheço criatura mais infeliz que essa criança. Nunca se assenta, jamais sorri, em tempo algum brinca! Passa a vida tristemente encostado à parede e é freqüentemente maltratado pelos filhos do dono. À noite chega-lhe o sono e, quando não há ninguém na sala, cai de joelhos para poder dormir. Não é esta casa a única que usa esse impiedoso sistema: ele é freqüente em outras.<sup>38</sup>

No entanto, mais interessantes do que as palavras do viajante francês são as palavras do próspero charqueador citado por Saint-Hilaire, como um dos mais humanos dentre os seus.

Um menino é desde seus primeiros dias acostumado a horrosos castigos feitos aos escravos (com que se encaminha a ferocidade) e palavras pouco edificantes das suas famílias para com seus domésticos: estes são as impressões que para sempre se lhe arraigam na alma e é não só rara mas quase impossível, a boa educação.<sup>39</sup>

Na mesma linha segue outro viajante que freqüentou a província no mesmo século:

Sabeis como esses senhores, tão superiores tratam seus escravos?

Como tratamos nossos cães! – começam por insultá-los. Se não vêm imediatamente, recebem duas ou três bofetadas da mão delicada de sua senhora, metamorfoseada em harpia ou ainda um rude soco, um brutal pontapé de seu grosseiro amo. Se resmungar são ligados ao primeiro poste e então o senhor e a senhora vêm, com grande alegria no coração, para ver como são flagelados até verterem sangue aqueles que não têm, muitas vezes, outro erro que a inocência de não ter sabido adivinhar os caprichos de seus senhores e patrões!...

Feliz ainda o desgraçado negro, se seu senhor ou sua senhora não tomam, eles mesmos, uma corda, relho, pau ou barra de ferro e não batem, com furor brutal, no corpo do escravo, até que pedaços soltos de pele deixem correr sangue, sobre seu corpo inanimado. Porque geralmente se carrega o negro sem sentidos para curar seus ferimentos; sabeis com quê? com sal e pimenta, sem dar-lhes mais cuidado do que o que se presta a um animal, atacando de feridos, e que se quer preservar dos vermes.<sup>40</sup>

Paradoxalmente, o estado que se orgulha de ser o mais europeu do país, e de não ter tido aqui significativamente a mão-de-obra negra escravizada, como em outras províncias, possui como figura central de sua lenda mais popular a figura de um menino negro, na fábula conhecida como “O negrinho do pastoreio”, escrita por Simões Lopes Neto, descendente do próspero e escravista charqueador João Simões Lopes, proprietário da fazenda da Graça.

<sup>37</sup> GOULART, Jorge Sales. *A formação do Rio Grande do Sul*. 4. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985, p. 77.

<sup>38</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Rio de Janeiro: Ariel, 1935, p. 73.

<sup>39</sup> CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias econômico-políticas*. Sobre a administração do Brasil. Porto Alegre: Erus, 1978, p. 66.

<sup>40</sup> ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1963, p. 68.

### 3.4 Quadro geral dos bens de João Simões Lopes (1853)

Bens	Valor	%
Dinheiro e ações	144.890.984	30.9
Prata	2.443.020	0.5
Móveis	1.336.000	0.3
Madeiras existentes nas charqueadas	3.583.381	0.8
Híates	6.500.000	1.4
Escravos	59.950.000	12.8
Animais incluindo os existentes no Estado Oriental	71.469.000	15.3
Bens de raiz incluindo os existentes no Estado Oriental	128.830.000	27.6
Dívida ativa	48.823.859	10.4
<b>Total</b>	<b>467.826.244</b>	<b>100</b>

Fonte: Inventário de João Simões Lopes Neto. 1º Cartório de Órfãos de Pelotas. Proc. 336; Mç 26; Est. 25; Ano 1853.

Talvez por ter nascido em um estabelecimento charqueador e ter visto os horrores da escravidão é que Simões Lopes Neto tenha se inspirado para escrever, salvo engano, a mais conhecida e popular lenda gauchesca, que retrata juntamente com os depoimentos dos viajantes as agruras dos africanos e seus descendentes no Rio Grande do Sul. O que nos dá embasamento para poder afirmar que o tratamento dispensado aos escravos no Sul do Brasil não foi nada brando como alegam alguns, muito antes pelo contrário, principalmente nos estabelecimentos charqueadores, fonte de concentração da maior parte da escravaria gaúcha. E que a chamada democracia racial não passa de uma obra de ficção, ou de loucos delírios daqueles que querem idealizar e romantizar o passado sulista.

### 3.5 Resistência: fugas e quilombos

O ferro em brasa foi um instrumento freqüentemente usado não só para punir o escravo mas também para marcá-lo, geralmente com as iniciais do senhor, de forma a discriminar sua propriedade; sendo comum nos anúncios de escravos fugidos; a menção destas marcas inclusive em 'moleques' de menos de 15 anos de idade como sinal de identificação. Em 1741, o Alvará de 03 de março, já referido, mandava marcar um F na espádua de escravos aquilombados. Abolida pela constitui-

ção de 1824 a marca ferro continuou, contudo, sendo utilizada pela justiça privada do senhor (LIMA, Lana Lage da Gama).

A resistência dos trabalhadores escravizados parece ser tão antiga quanto a escravidão. Desde seu aprisionamento em terras africanas, os cativos tentaram de todos as maneiras conquistar a sua liberdade. A luta contra o trabalho coercitivo encontra na fuga, salvo engano, a sua reação mais perceptível. Pode-se dizer que, instintivamente, esta era a maneira mais simples pela qual a escravaria podia se livrar do cativo. Qualquer descuido por parte dos escravocratas na vigilância era o suficiente para proporcionar uma fuga coletiva ou individual. Sendo assim, o sistema exigia um aparelho repressivo, particular e estatal, que se uniam para combater a resistência negra.

#### Ilmo Sr.

Tendo fugido na noite de ontem para hoje ao cidadão Manoel Rodrigues Barbosa dez escravos Joaquim crioulo, Joana sua mulher e três filhos destes menores sendo dois machos e uma fêmea, Antonio crioulo sapateiro, Apolinário mulato alfaiate, Tomasia, Margarida e Elias crioulo campeiro, roubando entre outros objetos vinte e cinco onças de ouro, e pedindo o referido cidadão a pronta captura de tais escravos, e oferecendo avultada molhadura a quem trouxer, haja V. Sa. com urgência de a recomendar aos comandantes de Polícia dos diversos distritos de sua jurisdição [...]. Deus guarde V. Sa. Secretaria do Interior e Fazenda en-

carregada do expediente da Justiça e Guerra em Piratini, 12 de dezembro de 1840 (a) Domingos José de Almeida.<sup>41</sup>

As fugas, além de trazerem um prejuízo econômico para os senhores, poderiam também proporcionar a formação de quilombos, sendo que estes trariam consigo mais prejuízos e desgastes a ordem vigente. Por Quilombos ou Mocambo, entende-se “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (Conselho Ultramarino 02/12/1740).

Segundo Conrad, a primeira referência a quilombos no Brasil data de 1559, 59 anos após a chegada dos Portugueses e 29 anos depois da expedição de Martim Afonso de Souza (1530), que, salvo engano, fundou em 1532 o primeiro centro produtor de açúcar na Vila de São Vicente, no atual estado de São Paulo, onde provavelmente tenham sido utilizados os primeiros trabalhadores negros escravizados no Brasil.

Sendo verdadeiros tais dados, 27 anos após a utilização dos primeiros africanos escravizados em solo brasileiro, já oficialmente temos a constatação de no mínimo um quilombo na nova terra. Não sabemos a data de formação deste, e talvez jamais venhamos a sabê-la com precisão algum dia. Da mesma forma, desconhecemos o período exato que ocorreu a primeira fuga de trabalhadores negros escravizados, na colônia.

Todavia, devemos nos ater ao fato de que nem todo o escravo fugaz vira um quilombola e nem todo quilombola era um escravo prófugo. Com o decorrer da escravidão, vários escravos fugitivos preferiam tentar a vida furtivamente nas cidades a recorrer à vida difícil e perigosa dos mocambos. Embora esses redutos de resistência fossem um reduto basicamente negro, devemos salienta-se que os mesmos não eram formados somente por escravos foragidos, pois ne-

les encontramos também os negros da terra, assim como brancos pobres.<sup>42</sup>

O quilombo não estava constituído apenas de negros, nem somente de escravos.

Gaspar Barleus referia-se a “salteadores” que acorriam aos mocambos e a expedição de Rodolfo Baro (1644), entre os prisioneiros que fez nos Palmares Grandes, encontrou sete índios e alguns mulatos de menor idade. Cinquenta anos mais tarde, a situação não se modificara muito, pois o governador Melo e Castro, contando o ataque final ao Oiteiro do Barriga (1694), referia-se a “mulatos facinorosos” que aconselhavam os negros e até mesmo a um mouro “que para eles fugiu”, a quem se deveriam as poderosas fortificações do Zumbi.<sup>43</sup>

Desta forma, podemos dizer que os mocambos significaram uma alternativa de vida aos excluídos da sociedade colonial e posteriormente da imperial. A denominação quilombo foi uma designação externa, ou seja, foram os portugueses que assim qualificaram os locais a onde viviam os escravos fugitivos. A palavra Quilombo é de origem Banto, mais precisamente de Angola. Portanto, a instituição Kilombo já era conhecida no próprio território africano, mesmo antes da chegada destes ao Brasil. Segundo Beatriz Nascimento, foram os mbangala, também conhecidos como jaga, caçadores que vieram do leste, que introduziram a “instituição” do Kilombo.

Sem qualquer sobra de dúvida, o maior quilombo nacional e talvez de toda história foi a Confederação dos Quilombos dos Palmares, situada na região da Serra da Barriga, em Alagoas. Palmares foi, de todos os quilombos brasileiros, o mais pesquisado até o presente momento. Contudo, lamentavelmente não existe ainda um estudo sistemático para esta forma de resistência no sul do Brasil. Ao estudarmos o quilombismo, em terras gaúchas, nos deparamos com a pouca bibliografia sobre o tema, pois, até o presente momento, estes só foram citados em obras sem serem, na verdade, salvo engano, objeto de estudos mais aprofundados e específicos, ficando em se-

<sup>41</sup> *Anais do arquivo Histórico*, vol. 2, p. 325, Porto Alegre, 1978.

<sup>42</sup> Sobre os quilombos, indicamos o livro de Adelmir Fiabiani *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

<sup>43</sup> CARNEIRO, Edison. *O quilombo de Palmares*. 3. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1966, p. 29.

gundo plano com relação a outros temas, deixando-nos várias interrogações sobre o assunto: quantos quilombos existiram no Rio Grande do Sul?; onde se localizaram?; qual é o número de elementos que deles participaram? – entre outros questionamentos.

Para essas três perguntas fundamentais não temos ainda respostas. Provavelmente, não venhamos a tê-las por muito tempo, e quando as obtivermos serão parciais. Poucos foram os autores que se preocuparam com este tema no Rio Grande do Sul. A historiadora Helga Piccolo fez um levantamento de forma didática dos quilombos gaúchos num dos *Cadernos de Estudo do PPG em História* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, intitulado “A resistência escrava no Rio Grande do Sul”, no qual a autora tenta localizar no tempo e no espaço os diversos agrupamentos negros. Embora sem fazer uma análise dos mesmos, pois este não é seu objetivo, a pesquisadora abre um importante canal para futuras pesquisas.

A primeira referência sobre a existência de quilombos em território gaúcho data do século XVIII, segundo Mário Maestri:

A primeira referência conhecida a quilombos no Rio Grande encontra-se nas atas da Câmara de Porto Alegre. Na sessão de 31.02.1789, podemos ler “Nesta Vereança se proveu a Estância Dutra para Capitão do Mato do Distrito da Freguesia desta vila e se passou Edital sobre as rondas que o mesmo devia fazer de noite”. Os escravos começam a ser um problema para a vila. Essa referência é seguida por uma outra da mesma câmara, de 18 de abril do mesmo ano. “Nesta Vereança se deferiu a vários requerimentos e se mandou fazer uma marca F para marcar os escravos apanhados em quilombo, e assim mais um tronco para o capitão do mato segurar os escravos que forem apanhados em quilombos para neles se fazer à execução que a lei determina antes de entrar na cadeia.”<sup>44</sup>

As décadas de 1830 e 40 do século XIX parecem ter facilitado a ação rebelde dos escravos, devido ao conflito interno que sofreu a província com a Revolução Farroupilha, onde os cativos,

aproveitando-se do contexto e o conseqüente afrouxamento da vigilância ao trabalho coercitivo, devido ao estado de beligerância na província, passaram a tentar com maior freqüência obter sua liberdade, através das fugas. Foi nesse período da guerra civil que encontramos as primeiras referências, salvo engano, ao principal quilombo gaúcho, que foi o de Manuel Padeiro, embora não se saiba exatamente quando este teve sua origem. Embora os quilombos gaúchos não tivessem os mesmos números populacionais de outros, como o de Palmares, ou de alguns outros situados em Minas Gerais e na Bahia, os agrupamentos de escravos fugitivos no sul do Império não deixaram de ser menos preocupantes para as elites locais do que em outras localidades.

Neste sentido, destacou-se o de Manoel Padeiro. Localizado na Serra dos Tapes, na antiga São Francisco de Paula, atual cidade de Pelotas, surgiu na década de 1930 do século XIX, quando apavorou e amedrontou esta região. O mocambo apresentava uma estrutura militar, sendo Manoel Padeiro general; João, juiz de paz; e Alexandre Moçambique, capitão. Esta formação dá a idéia do caráter belicoso do agrupamento. Esse, diferente de outros, era nômade e vivia de roubos, assassinatos e da pilhagem junto à população local, de onde retiravam sua sobrevivência. Após os ataques, eram comuns os quilombolas atearem fogo às moradias assaltadas.

A violência do grupo de Manoel Padeiro gerou reações das autoridades locais, que ofereceram uma recompensa de 400 mil réis pelo líder quilombola e de 200 mil réis por cada um dos outros participantes do grupo. Sobre as quantias citadas afirma Mário Maestri: “Na época, somas avultadíssimas. Nos anos 1840, comprava-se, em Pelotas, ‘uma morada de casa térrea’ por quinhentos-mil réis”<sup>45</sup>. A preocupação com os quilombos, de modo geral e especificamente com o de Manoel, pode ser muito bem detectada através dos autos da Comarca Pelotense:

<sup>44</sup> MAESTRI FILHO, Mário José. *O escravo no Rio Grande do Sul. A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: Escola Superior de São Lourenço de Brindes, 1984, p. 127.

<sup>45</sup> MAESTRI, Mário. *Deus é grande, o mato é maior! História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no RS*. Passo Fundo: EDUPF, 2002, p. 52.

[...] Aberta a sessão às dez horas da manhã, depois de se haver conferenciado com o juiz de paz do terceiro distrito, Boaventura Inácio Barcelos, sobre as providências que se precisarão dar para a extinção dos quilombos da Serra dos Tapes, foi deliberado, por unanimidade de votos, que o dito juiz de paz determinaria haver efetivamente uma partida de sete homens e um comandante na diligência de prenderem ou extinguiem, na forma da Lei, os ditos criminosos quilombolas, vencendo, diariamente o comandante, 1.280/000 réis e os camaradas a 640/000 réis cada um, além da gratificação que terá a partida para prender ou extinguir os quilombolas, a saber pelo cabeça, dos ditos malfeitores Manoel Padeiro 400/000 réis, e de cada um dos seis companheiros do dito cabeça, 100/000 réis; que finalmente, se ordenasse ao procurador desta câmara, a entrega de quantia de 300/000 réis ao referido juiz de paz, para as despesas da dita partida, dando ele conta final para se fazerem os competentes assentos.<sup>46</sup>

Todavia, os planos de Padeiro não se limitavam somente a aterrorizar a população da serra dos Tapes. O mesmo tinha a intenção de invadir a Vila, “princiando pela Costa de Pelotas” e sublevando toda a escravaria das Charqueadas. Entretanto, assim como tantos outros, o sonho insurrecional de Manoel Padeiro também foi abortado, pois seu quilombo foi desbaratado antes de conseguir colocar em prática seu plano de invasão.

Os cativos tentavam via fuga conquistar a liberdade. O objetivo poderia ser o aquilombamento, ou o simples refugio para as cidades ou o estrangeiro, onde procuravam viver como forros. O grande contingente de negros livres, libertos e escravizados nos centros urbanos, permitia que os fugitivos, muitas vezes, apesar do aparato repressivo, pudessem viver como libertos. Outro aspecto importante, em relação às fugas e também motivo de preocupação para as elites locais e nacionais, era a possível evasão dos cativos para os Estados fronteiriços, principalmente o Uruguai, onde poderiam engrossar o

exército de Rivera. Quando não raro, esse acolhia os melhores cativos e devolvia os demais para Bento Gonçalves da Silva. A fuga de escravos para o outro lado da fronteira parece ter sido muito maior do que se imagina, como sugere o estudo do historiador Silmei Petiz, que analisou as fugas escravas na Província de São Pedro, entre os anos de 1815-1851.<sup>47</sup>

### 3.6 Insurreições

Outra forma de resistência, igualmente desprezada pela historiografia tradicional sul-riograndense, além dos quilombos, é representada pelas insurreições, muito mais temidas pelos senhores, pois colocavam em jogo, suas próprias vidas, principalmente após a revolta do Haiti (1804). As lutas pela independência do Haiti resultaram em uma luta racial e, por conseqüência, em um banho de sangue proporcionado pela escravaria, que lutava por sua liberdade. Liderados por Toussaint-Louverture, a população negra escrava não teve clemência de seus antigos algozes, e eliminou grande parte dos habitantes brancos da ilha, promovendo a maior revolta vitoriosa de escravos dos tempos modernos. Os revoltosos também aboliram a escravidão em 1794, antes mesmo de proclamarem a República. O Haiti foi o primeiro país negro e o segundo americano a adquirir a independência, só sendo antecedido pelos Estados Unidos.

Os fatos ocorridos no transcurso da revolução negra tiveram grande repercussão no território nacional, pois escravistas temiam uma repetição de tais eventos em solo brasileiro, devido à grande quantidade de africanos e seus descendentes escravizados no Brasil, haja vista os censos de 1817/18.

<sup>46</sup> Ata da Câmara Municipal de Pelotas, 17 de agosto de 1835.

<sup>47</sup> PETIZ, Silmei de Santa'Ana. *Buscando a liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além fronteira (1815-1851)*. Passo Fundo: EDUPF, 2006.

## Estimativas da população brasileira

	1798	1817/18
Branços	1.010.000	1.043.000
Livres de cor	406.000	585.500
Total de livres, exceptuando índios	1.416.000	1.628.500
Índios	250.000	259.400
Total de Livres	1.666.000	1.887.900
Escravos mulatos	221.000	202.000
Escravos negros	1.361.000	1.728.000
<b>Total de escravos</b>	<b>1.582.000</b>	<b>1.930.000</b>
<b>População total</b>	<b>3.248.000</b>	<b>3.817.900</b>

Fonte: Agostinho, Marques Perdigão Malheiro. *A escravidão no Brasil*. 2 vols. 2. ed. São Paulo, 1944), vol. II, p. 197-198.

Estimulados pelos acontecimentos ocorridos no Haiti, a escravaria brasileira se lançou em uma série de revoltas, sendo a mais conhecida a revolta baiana denominada de Malês. Essa foi a maior revolta urbana promovida por escravos ocorrida no Brasil. Nela, os escravos, em sua grande parte islamizados, organizaram um movimento de libertação, o que ocasionou grande pânico entre as elites, que já viviam em um verdadeiro pânico devido às constantes rebeliões promovidas pela escravaria, principalmente na província da Bahia.

Em 1814, em Itapoã (Bahia), há uma sublevação de empregados nas pescarias.

Depois de sufocada a revolta com o saldo de 13 brancos e 56 negros assassinados – os comerciantes baianos escreviam ao Governo Central denunciando que os negros falavam abertamente de suas revoltas, comentando os acontecimentos do Haiti. Chegavam a ponto de dizer que em São João não haveria sequer um branco ou mulato vivo.<sup>48</sup>

No entanto, as insurreições não se limitaram à província baiana; elas também chegaram ao Rio Grande do Sul. Entretanto, nos faltam estudos monográficos sobre as mesmas para um aprofundamento maior. As revoltas, as insurreições e insubordinações refletem a não acomodação dos negros escravizados no território gaúcho. Embora os movimentos de rebelião e insurreição, fos-

sem mais difíceis de serem organizadas que a simples fuga, aquelas não deixaram de fazer parte da resistência escrava gaúcha. Nota-se, porém, ao analisarmos tais movimentos, que os mesmos não ficaram restritos ao elemento servil: deles participaram estrangeiros e negros libertos.

Em 25 de fevereiro de 1863, o Presidente da Província envia ao Chefe de Polícia o Reservado No 13.

Acuso recebido o ofício dessa repartição datado de ontem, ao qual acompanha cópia da comunicação do delegado de Polícia de Pelotas sobre as seduções empregadas pelo preto liberto Sebastião Maria, que se acha preso para levar a efeito a insurreição de grande número de escravos que naquele termo existem. Sendo este um assunto digno de maior atenção das autoridades, convém que se recomende ao mesmo Delegado incessante vigilância a fim de prevenir os efeitos que por ventura tivessem provocado no animo dos escravos as aliciações [...].<sup>49</sup>

Tal fato pode ser entendido, salvo engano, como uma provável consciência racial dos africanos ou descendentes libertos. Por que estes, não sendo escravos, deveriam arriscar-se em tais movimentos? A consciência das insurreições manifesta-se, provavelmente, não só na luta pela liberdade, mas também na extrapolação destas reivindicações. Salvo engano, foi na região hoje denominada de Pelotas, que ocorreu o maior número de movimentos contra a ordem escravista, o que

<sup>48</sup> MOTT, Luiz R. B. *Escravidão, homossexualismo e demologia*. São Paulo: Ícone, 1988, p. 14.

<sup>49</sup> PICOLLO, Helga Iracema. *A resistência escrava no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIUEFRGS, 1982, p. 34-35.

não causa espanto, devido ao fato de possuir a antiga São Francisco de Paula o maior número proporcional de escravos na província.

Com o subtítulo de insurreições, levantes, insubordinações, Helga Piccolo fez o seguinte levantamento, baseando-se em fontes primárias e secundárias:

### 3.6.1 Ano e local (insurreições)

1803 – Insurreição na Feitoria do Linho Cânhamo;  
1822 – Insurreição na Feitoria do Linho Cânhamo;  
1833 – A Câmara Municipal de Pelotas receia o aliciamento de escravos por parte dos Farroupilhas;  
1834 – Denúncia da Câmara de Jaguarão que Riviera havia mandado emissários seus para promoverem uma sublevação escrava;  
1838 – Tentativa de Insurreição em Porto Alegre;  
1841 – Tentativa de Insurreição na província;  
1848 – Plano de Insurreição dos escravos minas em Pelotas;  
1854 – Boatos de um levante escravo em Rio Grande;  
1858 – Tentativa de insurreição liderada pelo preto Oriental Francisco Antonio Dias em Santana do Livramento;  
1859 – Descoberta de um plano de insurreição dos escravos em Rio Pardo;  
1859 – Descoberta de um plano de insurreição em Capivari;  
1859 – Descoberta de um plano de insurreição em Encruzilhada;  
1859 – Descoberta de um plano de insurreição em Piratini;  
1863 – Indícios de insubordinação nas fazendas de Antonio José de Moraes em Taquari;  
1863 – Tentativa de insurreição em Pelotas liderada pelo liberto Sebastião Maria;  
1863 – Tentativa de insurreição na Aldeia dos Anjos;  
1864 – Descoberta de insurreição em Taquari;  
1864 – Descoberta de insurreição em Porto Alegre;  
1865 – Várias tentativas de insurreições de escravos;  
1868 – Insurreição em Porto Alegre;  
1870 – Levante na charqueada de Joaquim Rasgado;

1873 – Insurreição em Pelotas;

1881 – Descoberta de uma revolta escrava em Pelotas;

1885 – Rebelião de escravos da fazenda São João de propriedade de Manoel Vieira Vargas em Pelotas;

1887 – Insubordinação de libertos em Pelotas na charqueada de Julio Brutos de Almeida;

O crime, o roubo, o corpo mole, tudo fazia parte da resistência escrava. A oposição à escravatura fazia parte do dia-a-dia do cativo, que, explícita ou implicitamente, até 1888 lutou contra o cativo. Das savanas africanas, passando pelos porões putrefatos dos tumbeiros e chegando até as senzalas, os africanos e seus descendentes não conheceram outro sonho senão o da liberdade. Para tanto, não titubearam, muitas vezes, em justificar seus algozes, em suas lutas contra o cativo.

### 3.7 Sexualidade

Muito há para se pesquisar, ainda, sobre a escravidão no Rio Grande do Sul, principalmente aspectos não ligados à produção, tais como a família e a sexualidade, sendo esse último ainda tratado como um tabu por alguns historiadores. Somente nos últimos anos, os pesquisadores em nível nacional começaram a dar maior atenção a esses temas. Dentre os poucos trabalhos gaúchos que abordam este assunto, destaca-se o de Valéria Zanetti.<sup>50</sup> A abordagem destes temas não se constitui numa tarefa fácil, devido à grande subjetividade que os envolve, a falta de documentação direta e o preconceitos sobre o tema. O número de homens escravizados era muito superior ao de mulheres traficadas para o Brasil, fator que nada favoreceu à formação de famílias escravizadas. E, como não bastasse a superioridade do elemento masculino, os cativos ainda contavam com a concorrência desleal dos homens livres, que também se deparavam com a falta de mulheres. Tais cir-

<sup>50</sup> ZANETTI, Valéria. *Calabouço urbano – escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860)*. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1994.

cunståncias levavam a s rios conflitos, tanto entre a escravaria, como entre libertos e brancos, pois o elemento feminino em certas áreas era artigo de luxo.

Exemplo singular foi descrito por Gorender, em um engenho pernambucano. Quando um escravo queixou-se a seu senhor da infidelidade de sua mulher, esta, a mando do senhor, foi castigada com a oitos. O que levou o denunciante a princípio   alegria. Porém, a seguir, o mesmo teve o carrasco e pediu que ela fosse perdoada, alegando “se aqui existem tantos homens e tão pequeno número de mulheres [...] como   possível exigir que essas sejam fiéis?”.<sup>51</sup> Considerando o volumoso número de homens negros escravizados, é de se supor que houvesse práticas alternativas no que tange à sexualidade. Salvo engano, tais práticas talvez tenham sido mais freqüentes em território brasileiro do que se possa comprovar.

Dentre as práticas alternativas, encontramos a sodomia como também uma das mais camufladas, não só pelo preconceito, mas também devido ao fato de a mesma ser caracterizada como pecado e crime; caso seus praticantes fossem descobertos, poderiam ser perseguidos, também, pelo tribunal da Santa Inquisi o.

Outra referência interessante encontrada nos processos do Santo Ofício é a que envolve o sapateiro Francisco, natural do Congo, cativo de Antônio Pires, morador abaixo da igreja da Misericórdia, o qual tinha fama entre os negros de ser som tico. Seu acusante: o lisboeta Matias Moreira, cristão velho, disse que em Angola e Congo, nas quais terras ele denunciante andou muito tempo e tem muita experiência delas, é costume entre os negros gentios trazerem um pano cingido com os pontos por diante, os negros somáticos que no pecado nefando servem de mulheres pacientes [...].<sup>52</sup>

Outro documento sobre o tema é registrado no Rio Grande do Sul, narrado pelo Correio Mercantil:

Trajo misterioso – com este título demos   notícia da prisão de um homem de cor fula, que andava vestido de mulher e que com o nome de Rosalinda se alugara em diversas casas. Dos averiguados a que procedeu o Dr. 2  Delegado chegou a se saber que Rosalinda era João Francisco Pereira da Gama, de condi o livre [...].<sup>53</sup>

Entretanto, a sexualidade escrava não se restringia às paredes e grandes senzalas, como disse Solimar de Oliveira. As “virtuosas senhoras” também desfrutaram do amor escravo como bem aponta o historiador:

Mais ousada foi Brígida Joaquina Lopes, de São Sebast o do Ca : manteria um verdadeiro “harém de negros”, em torno de si. Casada com o estancieiro José Cordeiro, tinha como amantes os irmãos Selestiano, de 16 anos, e Justiniano, de 18; o liberto Baldu o,  m do capataz da estância, o preto forro João, demitido pelo estancieiro.<sup>54</sup>

As rela es entre escravos e senhores ou senhoras são extremamente dif cis de serem comprovadas, devido à furtividade de tais atos, principalmente os que envolvem o sexo feminino. E devido ao acobertamento que os mesmos deveriam ter devido ao escândalo que poderiam proporcionar. Entendemos ser esse um assunto a ser ainda descortinado por parte da historiografia e que, para tanto, deve despir-se de seus preconceitos e tabus para relatar a sexualidade dos cativos entre si, assim como entre eles e os demais. Para tanto,   necessário sairmos do campo das idealiza es e do folclorismo, e entrarmos no mundo da história.

### 3.8 O negro no campo de batalha

As elites brasileiras, sempre que se fez necessário, não se furtaram em utilizar os trabalhadores escravizados também nos campos de batalha, em defesa de seus interesses. Salvo engano, não existiu nenhum grande confronto armado no

<sup>51</sup> GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1988, p. 336.

<sup>52</sup> MOTT, Luiz R. B. *Escravidão, homossexualismo e demologia*. São Paulo: Ícone, 1988, p. 33.

<sup>53</sup> Correio Mercantil, N  99 (Obs.: Devido ao estado do jornal, não foi possível verificar os demais dados para referência).

<sup>54</sup> LIMA, Solimar Oliveira. *Triste pampa: resistência e puni o de escravos em fontes judiciárias no Rio Grande do Sul – 1818/1833*. Porto Alegre: IEL: EDIPUCRS, 1997, p. 72.

Brasil em que não houvesse a participação do elemento negro, lutando ao lado da autoridade constituída ou contra essa.

Provavelmente, a saga guerreira dos africanos e seus descendentes no Brasil tenha começado com a defesa de pequenos quilombos, passando por Palmares, terço dos Henriques, seguindo com as lutas pela independência, revoltas provinciais e por aí afora. Acontecendo o mesmo nos confrontos internacionais, onde a presença afro-brasileira se fez presente e nos confrontos fronteiriços, principalmente no Brasil Meridional e a Guerra do Paraguai, sendo esse um dos marcos do II Império, no qual a elite brasileira e gaúcha, com o objetivo de proteger seus pares, alistavam escravos para combaterem em suas fileiras. Também no extremo sul do Brasil, a presença guerreira do negro se fez presente. Sobre os mesmos afirmou, Cláudio Moreira Bento: “Acreditamos que a maior contribuição do africano negro e descendentes no Rio Grande tenha sido no campo militar, como excelentes combatentes de Infantaria e cavalaria”. Dentre os vários conflitos armados no território em que os negros tiveram participação relevante, parece-nos ser a chamada Revolução Farroupilha o mais emblemático deles, devido ao desfecho inesperado para os afrodescendentes.

Após combaterem tanto ao lado das tropas imperiais como republicanas, os negros farroupilhas oriundos do cativo, denominados de Lanceiros Negros, foram traídos pelos líderes farroupilhas, na chamada Traição de Porongo. Nela, Davi Canabarro, em vil ato de traição, desarmou a infantaria negra, para que os mesmos fossem atacados na madrugada de 14 de novembro de 1844, pelos soldados do império brasileiro. Em tratativas firmadas entre o Barão de Caxias e David Canabarro, ficou traçada a sorte dos lanceiros: Caxias ordenou que o Coronel Francisco Pedro de Abreu atacasse o acampamento farroupilha na data combinada e que o mesmo não temesse o resultado do confronto, pois a infantaria far-

roupilha, composta por escravos, estaria desarmada por ordem de Canabarro, conforme o “Acordo Secreto” entre ambos. Desta forma, com o auxílio de Canabarro, a infantaria negra foi covardemente massacrada. Como prova inequívoca de que o alvo eram somente os lanceiros negros, escreveu Caxias a Abreu: “No conflito poupe o sangue brasileiro quando puder, particularmente de gente branca da província ou índios, pois bem sabes que esta pobre gente ainda nos pode ser útil no futuro”.<sup>55</sup>

A ordem de Caxias não deixa dúvidas: os lanceiros, somente eles, deveriam ser massacrados. Este ato covarde dos farroupilhas e imperiais contra os combatentes negros denominou-se de Traição de Porongos.

Embora seja simbólico, Porongos foi apenas mais um dos vários massacres aos quais foram submetidos os africanos e seus descendentes no Brasil, que, para conseguir sua liberdade, não hesitaram em ir aos campos de batalha.

No entanto, o mesmo negro que servia ao exército imperial e republicano gaúcho, para se ver livre do cativo, não titubeava em fazer o mesmo nos exércitos dos países vizinhos. Vários escravos em fuga ganharam à fronteira, e foram servir aos caudilhos platinos para garantir sua liberdade. Haja vista o grande número de negros no exército do Uruguai.

Os ex-cativos sulinos eram tidos como os mais valentes soldados de Artigas, que prometera terra aos gaúchos e liberdade aos negros. Tratados de extradição de fugidos foram assinalados mas não plenamente executados. Os proprietários sulinos organizavam razias sobretudo no Uruguai – califórnia – para seqüestrar antigos trabalhadores escravizados escapados ou negros livres tidos como tal. A fuga para os territórios castelhanos possivelmente diminuiu a importância de outras formas de resistência no Sul.<sup>56</sup>

Com base na documentação, podemos afirmar, salvo engano, que para os africanos e seus descendentes a liberdade valia mais do que a bandeira pela qual lutavam. Pois, em todos os casos,

<sup>55</sup> ASSUMPTÃO, Jorge Euzébio. História & Luta de classes. *Escravidão, trabalho e resistência*. Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, p. 68.

<sup>56</sup> MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade*. 3 ed. revista e atualizada. Porto Alegre: EDIUEFRGS, 2006, p. 146.

o engajamento se dava devido a promessas de liberdade. Para tanto, alugavam seu braço guerreiro a quem lhes garantisse ou promettesse uma vida longe do cativo.

### 3.9 A abolição

A abolição não pode ser encarada como um fato isolado ou como um fruto do desejo pessoal de uma única pessoa. Ela deve ser contextualizada, tanto em nível externo através das pressões internacionais, principalmente da Inglaterra, como também por fatores internos, tais como a resistência escrava e os movimentos emancipacionistas e abolicionistas. A elite brasileira, dependente da mão-de-obra escrava, sem ter como reagir às pressões políticas externas, viu-se obrigada a submeter-se às mesmas, ao menos por meio de leis. Todavia, estes códigos que obedeciam aos interesses externos, na prática, não surtiram efeito, pois iam contra os interesses das elites nacionais. Tão importantes quanto as pressões externas foram os movimentos internos, com a participação da escravaria, em sua resistência ao modo de produção escravista.

Tentando manter ao máximo o sistema servil, as elites usaram de todos os subterfúgios para manter a escravidão. No intuito de frear as várias formas de resistências escravas, principalmente na década de 1880, os escravistas sulinos vão se utilizar das cartas de alforrias como meio de manter ou sustentar o máximo possível o que restava ainda da servidão negra.

A alforria servia aos senhores para os seguintes objetivos principais: permitia-lhes livrar-se de escravos imprestáveis; concedida como prêmio; estimulava a fidelidade de certo tipo de escravo a exemplo dos domésticos, diante dos quais os senhores eram mais vulneráveis. Constituiu uma fonte de renda suplementar derivado do pecúlio dos escravos. Como é evidente, a alforria foi um fator de decréscimo da população escrava. Mas sua prática variou na História de cada regime escravista, conforme necessidades endógenas e circunstanciais.<sup>57</sup>

No intuito de amenizar as “rebeliões” escravas, os senhores vão se utilizar da concessão das alforrias, mediante certas condições. Tal recurso utilizado pela elite escravista tentava subjugar de maneira não violenta a escravaria, que a todo o momento se revoltava em busca de sua liberdade. Este expediente poderia, muitas vezes, ser mais eficiente que o chicote, pois o mesmo provocava medo, revolta e tinha seu efeito por tempo determinado, enquanto que a provável liberdade apresentava efeito contrário, mantinha o escravo submisso, calmo e principalmente fiel e grato a seu “benfeitor”. Sendo assim, os cativos bem comportados e obedientes poderiam ganhar esta dívida de seus humanitários senhores, e servir de exemplo para os demais.

Digo eu abaixo assinado, que possuindo um escravo entre outros de minha propriedade de nome Joaquim, de idade pouco mais ou menos de quarenta e oito anos, de nação Rebolo a qual me pertence por compra que dele fiz no ano de mil oitocentos e trinta e dois, ao senhor José dos Santos Magno do Rio Grande e querendo recompensar ao dito meu escravo Joaquim o bem que me servia, e além dos serviços relevantes, que fez na qualidade de escravo não se deixando seduzir no Estado vizinho: declaro que desde hoje para sempre lhe dou sua liberdade [...].<sup>58</sup>

Mesmo nos momentos finais da escravidão, já quase sem condições de mantê-la, os escravistas ainda lucravam com os seus cativos ao vender-lhes sua liberdade.

Pela presente por nós feita e assinada declaramos que de hoje em diante damos plena liberdade a nossa escrava Antônia..... pela quantia de quatrocentos e cinqüenta mil réis que da mesma nós recebemos.<sup>59</sup>

Com o fim do sistema se aproximando a longos passos, a elite escravista ainda tenta prorrogar a escravidão através das cartas de alforrias com cláusula de prestação de serviço. Sobre o movimento de alforriamento de 1884, no Rio Grande do Sul, disse Robert Conrad:

O movimento libertador, que alcançou um auge de intensidade no Rio Grande do Sul em agosto e setembro

<sup>57</sup> GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1988, p. 352-353.

<sup>58</sup> 1º Notário – Pelotas – Agosto de 1849, Registros Ordinários, Livro 4, página solta no livro.

<sup>59</sup> Registros Ordinários. 1º Notário, Talão 14, Ano 1881, Pelotas, p. 96.

de 1884, não foi portanto, tão claramente idealista ou até tão completo quanto os do Ceará e do Amazonas. Numa questão de meses, dois terços dos sessenta mil escravos dessa província do sul receberam a condição de livres, mas a verdade é que a maioria foi obrigada a continuar dando seu trabalho, sem pagamento a seus antigos senhores durante de um a sete anos. O movimento no Rio Grande do Sul conforme *The Rio Hews* afirmou no jornal de 1884, deverá ser diferenciado dos movimentos do Ceará e do Amazonas, pois é de natureza muito menos liberal e generosa. Quase todas as libertações estão sendo concedidas em condições de tempo de trabalho ou aprendizado que se verificam, em grande parte, para um período de cinco anos.<sup>60</sup>

Por fim, é de fundamental importância lembrar que, embora tenham sido libertos um grande número de cativos em 1884 no Rio Grande do Sul, a escravidão continuou a existir na antiga Província de São Pedro, com todos os seus vícios, contado com a inquebrantável resistência dos africanos e seus descendentes escravizados até 1888. Diferente do que dizem alguns autores, de a mesma ter sido extinta quando da grande campanha de 1884, no Brasil Meridional.

---

<sup>60</sup> Assumpção, Jorge Euzébio. *Pelotas: escravidão e charqueadas (1780/188)*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 310.

## Considerações finais

Como já foi sinalizado na Introdução, o texto reproduz literalmente o percurso de um Curso sobre “África – Aspectos históricos e geográficos”, cujo percurso apresenta, no entanto, um fecundo e muito oportuno “desvio de rota”, cometido propositalmente, no sentido de centrar forte ênfase na extensão sacrificada da história da África negra, acontecida através dos afrodescendentes que viveram a escravidão no Estado do Rio Grande do Sul.

O Prof. Jorge Euzébio deu um belo exemplo em sua capacidade de adaptação e flexibilidade às carências e necessidades manifestadas pelos alunos. Certamente, muitos “desvios de rota” deverão acontecer ainda na Academia para que a “real realidade” vivida pelos afrodescendentes, em nossa história brasileira, tenha chance de comparecer em sua verdade nas salas de aula. Oportunidades, certamente, não faltam aos professores e

às professoras em sala de aula para que isto se realize. O que falta, muitas vezes, é o preparo adequado e, sobretudo, a decisão de fazer frente ao preconceito muito sutilmente arraigado em nossa cultura.

A legislação vem tentando “forçar a barra” para que as Instituições de Ensino e seus responsáveis, sobretudo os professores e as professoras, assumam a responsabilidade por ajudar a compreender corretamente, com a contribuição do olhar afrodescendente, uma história que foi contada, quase sempre, de uma forma muito parcial e favorável aos interesses coloniais europeus. A legislação, em si, no entanto, não resolve. É necessário, em primeiro lugar, desempenho cidadão em nível das instituições e de seus sujeitos responsáveis. O Curso que aqui foi reproduzido é um exemplo que aponta para um caminho interessante a ser seguido, neste sentido. (*Os Organizadores*)

## Referências bibliográficas

- AGOSTINHO, Marques Perdigão Malheiro. *A escravidão no Brasil*. 2. ed. São Paulo, 1944), II, 26, 197-198. 2 vols.
- ALVES, Castro. *O navio negreiro*. Disponível em <<http://www.culturabrasil.pro.br/navionegreiro/>>. Acesso em: 27 de nov. 2007.
- ANAIS do arquivo Histórico*, vol. 2, Porto Alegre, 1978.
- ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. *Pelotas: escravidão e charqueadas (1780/1888)*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- ATA da Câmara Municipal de Pelotas, 17 de agosto de 1835.
- CACCIATORE, Olga Gudolle. *Dicionário de cultos afro-brasileiros*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1988.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CARNEIRO, Edison. *O quilombo de Palmares*. 3. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1966.
- CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias econômico-políticas*. Sobre a administração do Brasil. Porto Alegre: Erus, 1978,
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Trad. Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Tumbeiros – O tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CORREIO Mercantil, No 99 (Obs.: Devido ao estado do jornal, não foi possível verificar os demais dados para referência)
- EQUIPE Cehila – popular. *A História dos africanos na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- FAUTINO, Getibá. *O comércio de escravos na obra de Antonio de Oliveira de Cadornega*. In: Vários autores. Estudos Ibero-Americanos – Anais – I simpósio Gaúcho sobre escravidão negra. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1990.
- GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.
- \_\_\_\_\_. *O escravismo colonial*. 5. ed. revista e ampliada. São Paulo: Ática, 1988.
- GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. 4. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro; Caxias do Sul: EDUCS, 1985.
- GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. 2. ed. Pelotas: Ed. UFPEL, 2001.
- HEGEL, George W. F. *Filosofia de la história universal*. Madrid: Revista de Occidente, 1928.
- HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- INVENTÁRIO de João Simões Lopes Neto. 1º Cartório de Órfãos de Pelotas. Proc. 336; Mç 26; Est. 25; Ano 1853.
- ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1963.
- JUNIOR, Antônio Mendes; RONCARI, Luiz; MARANHÃO, Ricardo. *Brasil História. Texto e contexto*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, vol. 1.
- LIMA, Solimar Oliveira. *Triste pampa: resistência e punição de escravos em fontes judiciais no Rio Grande do Sul – 1818/1833*. Porto Alegre: IEL: EDIPUCRS, 1997.
- MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade*. 3 ed. rev. atual. Porto Alegre: EDIUFGRS, 2006.
- \_\_\_\_\_. *O escravismo no Brasil*. 12. ed. São Paulo: Atual, 1994.
- \_\_\_\_\_. *História da África negra pré-colonial*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Uma história do Brasil: colônia*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Deus é grande, o mato é maior! História trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: EDUPF, 2002.
- MAESTRI FILHO, Mário José. *O escravo no Rio Grande do Sul. A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: Escola Superior de São Lourenço de Brindes, 1984.
- MARQUES, Alvarino da Fontoura. *Evolução das charqueadas rio-grandenses*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990.
- MAURO, Frederic. *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1750-1670)*. Lisboa: Estampa, 1989.
- MOTT, Luiz R. B. *Escravidão, homossexualismo e demologia*. São Paulo: Ícone, 1988.
- PETIZ, Silmei de Santa'Ana. *Buscando a liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além fronteira (1815-1851)*. Passo Fundo: EDUPF, 2006.

PICOLLO, Helga Iracema. *A resistência escrava no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIUEFRGS, 1982.

RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Trad. Edgar Vales. Lisboa: Seara Nova, 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820- 1821)*. Rio de Janeiro: Ariel, 1935.

SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Edusp, 1992.

SMITH, Hebert H. *Do Rio de Janeiro a Cuiabá*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1922.

SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006.

VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986.

ZANETTI, Valéria. *Calabouço urbano – escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860)*. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1994.

# O autor e os organizadores

## Jorge Euzébio Assumpção

É professor da Faculdade Porto-Alegrense de Educação Ciências e Letras (FAPA), do curso de pós-graduação “Especialização em História Africana e Afro-brasileira”, em que dá aulas sobre o tema “A África diante do imperialismo colonialista”. Faz parte da Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (SEC/RS).

### Livros publicados/organizados ou edições

ASSUMPCÃO, Jorge Euzébio (Org.). *I Simpósio Internacional do Litoral Norte sobre História e Cultura Negra*. Porto Alegre: Gráfica e Editora Relâmpago, 2006. v. 1000. 250 p.

ASSUMPCÃO, Jorge Euzébio. (Org.). *O negro no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ministério da Cultura, 2005. 25 p.

ASSUMPCÃO, Jorge Euzébio; MAESTRI, Mário (Orgs.). *Nós, os afro-gaúchos*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996. 155 p.

### Capítulos de livros publicados

ASSUMPCÃO, Jorge Euzébio. A traição dos soldados negros farroupilhas na batalha de Porongos. In: História e Luta de Classes – Escravidão trabalho resistência. Ano 2. 3. ed., 2006.

ASSUMPCÃO, Jorge Euzébio. A produção charqueadora e a mão-de-obra servil (capítulo IX). In: *História do Rio Grande do Sul – Colônia*. I Boeira, Nelson (Coord.); II Golin, Tau (Coord.); III Camargo, Fernando (Dir.), IV Reichel, Heloisa Jochims (Dir.), Gutfreind, Ieda (Dir.). Passo Fundo: Méritos 2006.

## Organizadores

### Adevanir Aparecida Pinheiro

Nascida em Cambira/PR em 1959. É doutoranda em Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, sendo graduada em Serviço Social, em 1997, especialista na área da Família, Criança e Adolescentes, em

2001, e mestre em Ciências Sociais Aplicadas, em 2004, pela Unisinos. Iniciou os seus estudos de graduação na Universidade do Vale do Itajaí – Univali, além de ter realizado trabalhos como Agente dos Direitos Humanos – ADH, na cidade de Itajaí.

### Publicações

PINHEIRO, Adevanir Ribeiro; FOLLMANN, José Ivo (Orgs.) *Imagens, símbolos e identidades no espelho de um grupo inter-religioso de diálogo*. *Cadernos IHU*, São Leopoldo, ano 4, n. 19, 2006.

PINHEIRO, Adevanir Ribeiro. *Imagens, símbolos e identidades no espelho de um grupo inter-religioso de diálogo*. In: FOLLMANN, José Ivo e LOPES, José Rogério (Orgs.) *Diversidade religiosa, imagens e identidades*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2007.

PINHEIRO, Adevanir Ribeiro. Livres para o diálogo. *Revista Diálogo: Ensino religioso*. São Paulo, ano XII, n. 46, maio de 2007, p. 26.

PINHEIRO, Adevanir Ribeiro. Qual o sentido que as religiões dão para o trabalho? *Mundo Jovem*. Porto Alegre, ano XLIV, n. 371, out. 2006.

PINHEIRO, Adevanir Pinheiro. O que dizer da morte? *Mundo Jovem*, ano XLIV, n. 371, out. 2006, p. 8.

PINHEIRO, Adevanir Ribeiro. Religião de costume ou religião de escolha? *Mundo Jovem*, Porto Alegre, ano XLIV, n. 367, jun. 2006, p. 5.

### José Ivo Follmann

Nascido em 25/01/1947, em Cerro Largo/RS. Padre jesuíta, trabalha na pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). É mestre em Ciências Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), e doutor em Sociologia, pela Universidade Catholique de Louvain, UCL, Bélgica em 1994. É autor de diversas publicações na área da sociologia das religiões, grande parte em co-autoria com Adevanir Aparecida Pinheiro e a equipe do GDIREC.

## **Publicações**

FOLLMANN, José Ivo. O desafio transdisciplinar: alguns apontamentos. *Revista Ciências Sociais*, Unisinos, São Leopoldo, RS, vol. 41, n. 1, 2005, p. 53-57.

FOLLMANN, José Ivo; LOPES, José Rogério (Orgs.). *Diversidade religiosa, imagens e identidades*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2007.

FOLLMANN, José Ivo. O mundo das religiões e religiosidades: alguns números e apontamentos para uma reflexão sobre novos desafios. In: SCARLATELLI, Cleide, STRECK, Danilo; FOLLMANN, José Ivo (Orgs.). *Religião, cultura e educação*. São Leopoldo: EdUnisinos, 2006.

## Temas dos Cadernos IHU

- Nº 01 – *O imaginário religioso do estudante da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS*  
Prof. Dr. Hilário Dick
- Nº 02 – *O mundo das religiões em Canoas*  
Prof. Dr. José Ivo Follmann (Coord.), MS Adevanir Aparecida Pinheiro, MS Inácio José Sphor & MS Geraldo Alzemiro Schweinberger
- Nº 03 – *O pensamento político e religioso de José Martí*  
Prof. Dr. Werner Altmann
- Nº 04 – *A construção da telerrealidade: O Caso Linha Direta*  
Sonia Montañó
- Nº 05 – *Pelo êxodo da sociedade salarial: a evolução do conceito de trabalho em André Gorz*  
MS André Langer
- Nº 06 – *Gilberto Freyre: da Casa-Grande ao Sobrado – Gênese e dissolução do patriarcalismo escravista no Brasil: Algumas considerações*  
Prof. Dr. Mário Maestri
- Nº 07 – *A Igreja Doméstica: Estratégias televisivas de construção de novas religiosidades*  
Prof. Dr. Antônio Fausto Neto
- Nº 08 – *Processos midiáticos e construção de novas religiosidades. Dimensões históricas*  
Prof. Dr. Pedro Gilberto Gomes
- Nº 09 – *Religiosidade midiática: Uma nova agenda pública na construção de sentidos?*  
Prof. Dr. Atillio Hartmann
- Nº 10 – *O mundo das religiões em Sapucaia do Sul*  
Prof. Dr. José Ivo Follmann (Coord.)
- Nº 11 – *Às margens juvenis de São Leopoldo: Dados para entender o fenômeno juvenil na região*  
Prof. Dr. Hilário Dick (Coord.)
- Nº 12 – *Agricultura Familiar e Trabalho Assalariado: Estratégias de reprodução de agricultores familiares migrantes*  
MS Armando Triches Enderle
- Nº 13 – *O Escravidão Colonial: A revolução Copernicana de Jacob Gorender – A Gênese, o Reconhecimento, a Deslegitimação*  
Prof. Dr. Mário Maestri
- Nº 14 – *Lealdade nas Atuais Relações de Trabalho*  
Lauro Antônio Lacerda d'Ávila
- Nº 15 – *A Saúde e o Paradigma da Complexidade*  
Naomar de Almeida Filho
- Nº 16 – *Perspectivas do diálogo em Gadamer: A questão do método*  
Sérgio Ricardo Silva Gacki
- Nº 17 – *Estudando as Religiões: Aspectos da história e da identidade religiosos*  
Adevanir Aparecida Pinheiro, Cleide Olsson Schneider & José Ivo Follmann (Organizadores)
- Nº 18 – *Discursos a Beira dos Sinos – A Emergência de Novos Valores na Juventude: O Caso de São Leopoldo*  
Hilário Dick – Coordenador
- Nº 19 – *Imagens, Símbolos e Identidades no Espelho de um Grupo Inter-Religioso de Diálogo*  
Adevanir Aparecida Pinheiro & José Ivo Follmann (Organizadores)
- Nº 20 – *Cooperativismo de Trabalho: Avanço ou Precarização? Um Estudo de Caso*  
Lucas Henrique da Luz
- N. 21 – *Educação Popular e Pós-Modernidade: Um olhar em tempos de incerteza*  
Jaime José Zitkoski